

ESCOLA DE GUERRA NAVAL

CC DANIEL MARTINS FRANCO

OPERAÇÕES CONJUNTAS NA SEGURANÇA DE GRANDES EVENTOS:

o planejamento da Força Naval Componente desde a Copa do Mundo 2014 até as Olimpíadas

2016

Rio de Janeiro

2018

CC DANIEL MARTINS FRANCO

OPERAÇÕES CONJUNTAS NA SEGURANÇA DE GRANDES EVENTOS:
o planejamento da Força Naval Componente desde a Copa do Mundo 2014 até Olimpíadas
2016

Dissertação apresentada à Escola de Guerra Naval, como requisito parcial para a conclusão do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores.

Orientador: CMG (RM1) Otacílio Bandeira Peçanha

Rio de Janeiro
Escola de Guerra Naval
2018

AGRADECIMENTOS

Pela oportunidade de construir o conhecimento ao longo deste ano de dedicação ao aprimoramento profissional e pessoal, agradeço à Escola de Guerra Naval e todo o seu corpo docente.

Pelas contribuições que permitiram a elaboração deste humilde trabalho, agradeço aos amigos que ganhei durante o período em que fiz parte dos estados-maiores envolvidos nas operações de segurança de Grandes Eventos.

Pela orientação precisa e honesta que muito me auxiliou na escolha dos melhores caminhos para alcançar o objetivo deste estudo, agradeço ao Capitão-de-Mar-e-Guerra (RM1) Peçanha.

E pela força que me sustentou nos momentos de dificuldade e cansaço, agradeço à minha esposa e filhos.

RESUMO

Desde 2007, as Forças Armadas têm participado da segurança dos grandes eventos realizados no país. Até a Copa do Mundo 2014, Marinha, Exército e Força Aérea, atuaram basicamente em atividades referentes a suas respectivas atribuições subsidiárias, permanecendo em condições de atuar como força de contingência dos órgãos de segurança pública em casos de esgotamento de recursos. Entretanto, durante as Olimpíadas 2016, ao ser decretada intervenção federal para garantia da lei e da ordem na cidade do Rio de Janeiro, as Forças Armadas tiveram um papel muito mais ostensivo, realizando atividades de segurança pública e mesmo de ordenamento urbano. A Operação Conjunta de segurança das Olimpíadas foi a primeira, desde a criação do Ministério da Defesa, em que uma Força Naval Componente foi empregada efetivamente, em um ambiente interagências, como contingência de órgãos de segurança pública. Tal ineditismo, naturalmente, concorreu para que ocorressem acertos e erros no planejamento e na execução. Uma análise detalhada de alguns aspectos daquele planejamento poderá contribuir para futuras operações similares. Inicialmente apresenta o histórico o histórico de fatos relativos à realização dos JO Rio 2016 a fim de contextualizar a participação da MB. A seguir, demonstra a evolução do planejamento da Força Naval Componente, desde a Copa do Mundo 2014 até Jogos Olímpicos Rio 2016. E, posteriormente analisa os cenários de risco vislumbrados e seus impactos sobre o planejamento de emprego das forças navais. Por fim, o encerra com as conclusões encontradas.

Palavras chave: Segurança. Grandes eventos. Jogos Olímpicos Rio 2016. Garantia da Lei e da Ordem. Operações Conjuntas. Operações Interagências. Força Naval Componente.

LISTA DE ABREVIACÕES

ABIN –	Agência Brasileira de Inteligência
AEGE –	Assessoria Especial para Grandes Eventos
APO –	Autoridade Pública Olímpica
APOP –	Agente Perturbador da Ordem Pública
AviPa –	Aviso de Patrulha
CA ³ –	Coordenação de Ações Aeroespaciais e Aeroportuárias e
CBMERJ –	Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro
CCFE –	Centro de Coordenação de Fiscalização de Explosivos
CCLM –	Centro de Coordenação de Logística e Mobilização
CCPCT –	Coordenador Conjunto de Prevenção e Combate ao Terrorismo
CCPCT –	Comando Conjunto de Prevenção e Combate ao Terrorismo
CCSDCiber –	Centro de Coordenação de Segurança e Defesa Cibernética
CCTI –	Centro
CCTI –	Centro de Coordenação Tático Integrado
CDA –	Coordenador de Defesa de Área
CDA Rio –	Coordenador de Defesa de Área Rio de Janeiro
CDESCOP –	Comando de Defesa Setorial Copacabana
CDS –	Comando de Defesa Setorial
CGDA –	Comando Geral de Defesa de Área
CICC –	Centros Integrados de Comando e Controle
CIN –	Centro Nacional de Inteligência
CIR –	Centro regional de Inteligência
CMG –	Capitão de Mar e Guerra
CML –	Comando Militar do Leste

COC –	Centro de Operações Conjuntas
COESRIO2016 –	Comissão Estadual de Segurança Pública e Defesa Civil para os Jogos Rio 2016
COI –	Comitê Olímpico Internacional
Com1DN –	Comando do Primeiro Distrito Naval
Com2DN –	Comando do Segundo Distrito Naval
Com3DN –	Comando do Terceiro Distrito Naval
COMDABRA –	Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro
ComDiv-1 –	Comando da primeira Divisão da Esquadra
ComemCh –	Comando em-chefe da Esquadra
ComFFE –	Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra
ComGptPatNavSE –	Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste
ComOpNav –	Comando de operações Navais
COp –	Comandante Operacional
COpCj –	Comando Operacional Conjunto
CPES –	Capitania dos Portos do Espírito Santo
CPRJ –	Capitania dos portos do Rio de Janeiro
CPSP –	Capitania dos Portos de São Paulo
DefNBQR –	Defesa Nuclear, Biológica, Química, Radiológica
DstDAAFuzNav –	Destacamento de Defesa Antiaérea de FN
EB –	Exército Brasileiro
EMCFA –	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
ESCR –	Embarcação de casco semirrígido
ET –	Elemento Tarefa
FA –	Forças Armadas

FAB –	Força Aérea Brasileira
FNC –	Força Naval Componente
FNSP –	Força Nacional de Segurança Pública
FT –	Força Tarefa
GE –	Grandes Eventos
GERRMEC –	Grupo Especial de Retomada e Resgate de Mergulhadores de Combate
GERR-OpEsp –	Grupo Especial de Retomada e Resgate
GLO –	Garantia da Lei e da Ordem
GRO –	Gerenciamento de Risco Operacional
GSi-PR –	Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República
GT –	Grupo Tarefa
GTMAR –	Grupo Tarefa marítimo
JO Rio2016 –	Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016
LAEP –	Lancha de apoio ao ensino profissional
MB –	Marinha do Brasil
MD –	Ministério da Defesa
MJ –	Ministério da Justiça
NBQR –	Nuclear, Biológica, Química, Radiológica
NPa –	Navio Patrulha
NPaOc –	Navio Patrulha Oceânico
OSP –	Órgãos de Segurança Pública
PATNAV –	Patrulha Naval
PESI –	Plano Estratégico de Segurança Integrada
PF –	Polícia Federal
PISOU –	Plano Integrado de Segurança e Ordenamento Urbano

PMERJ –	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
RbAM –	Rebocador de Alto-Mar
SENASP –	Secretaria Nacional de Segurança Pública
SESGE –	Secretaria Extraordinária para Segurança de Grandes Eventos
SICCGE –	Sistema Integrado de Comando e Controle de Segurança Pública para Grandes Eventos
SISBIN –	Sistema Brasileiro de Inteligência
UPP –	Unidades de Polícia Pacificadora
UT –	Unidade Tarefa

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1. Propósito.....	13
1.2. Metodologia.....	14
2. JOGOS OLIMPICOS RIO 2016, HISTÓRICO E CONTEXTO.....	16
2.1. A candidatura do rio de janeiro como Cidade Olímpica	16
2.3. O emprego das Forças Armadas.....	23
3. A FORÇA NAVAL COMPONENTE - EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POR TAREFAS	27
3.1. Operações Conjuntas e Interagências.....	27
3.2. Comparação entre as FNC.....	30
3.3.1. A FNC na Copa do Mundo 2014.....	30
3.3.2. A FNC nos Jogos Olímpicos Rio 2016	32
4. AS AMEAÇAS À SEGURANÇA DOS JOGOS OLÍMPICOS	37
4.1. Os cenários e os riscos	37
4.2. Os vetores de ameaça	39
4.3. Influência do GRO na tomada de decisão.....	42
4.3.1. Resultado da matriz de GRO do CGDA Rio (COpCj).....	43
4.3.2. Resultado da matriz de GRO do CDSCOP (FNC):.....	44
4.3.3. Resultado da matriz GRO do GTMAR	45
4.4. Análise sobre a matriz de GRO do GTMAR	46
4.4.1. O terrorismo por via marítima.....	46
4.4.2. Manifestações no mar.....	48
4.4.3. A comunidade marítima, os curiosos e os desavisados.....	49
5. CONCLUSÃO	51
REFERÊNCIAS	54
Apêndice A	61
Apêndice B	63
Apêndice C.....	69
Apêndice D.....	73
Apêndice E	76
Apêndice F	79
Apêndice G.....	82
Apêndice H.....	83
Apêndice I	84

Apêndice J.....85
Apêndice k.....85
Anexo A87

1. INTRODUÇÃO

O maior evento esportivo do planeta foi realizado entre os dias 5 de agosto e 18 de setembro de 2016 na cidade do Rio de Janeiro/RJ. Durante os Jogos Olímpicos e Paralímpicos¹ Rio 2016 (JO Rio2016), o Estado brasileiro trabalhou para garantir a segurança de quinze mil atletas de duzentos e seis países, um público em torno de sete milhões e meio de pessoas nos locais de competição, mais de 800 mil turistas nacionais e estrangeiros, cinquenta mil voluntários e quatorze mil profissionais ligados à organização dos Jogos, cerca de vinte e cinco mil jornalistas e aproximadamente cem dignitários.

Além da segurança das pessoas diretamente envolvidas no evento, houve um grande esforço para manter o funcionamento dos serviços públicos essenciais, bem como para garantir um ambiente seguro para populações do Rio de Janeiro, cidade-sede dos Jogos, das cinco cidades do futebol² e das 329 cidades dos 27 estados brasileiros e o Distrito Federal, por onde passou a Tocha Olímpica desde o dia 5 de maio daquele ano. Ao sediar a primeira Olimpíada da América do Sul, o País enfrentou o seu maior desafio em termos de Grandes Eventos (GE) até aquele momento.

No Dossiê de Candidatura do Rio de Janeiro para sediar os JO Rio 2016 (BRASIL, 2009a), o Governo Federal assumiu a responsabilidade final sobre a Segurança³ dos Jogos, através da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do Ministério da Justiça (MJ).

No mesmo documento foi definido que, durante as Olimpíadas, as Forças Armadas (FA) seriam responsáveis pela proteção marítima e aérea, e seriam destacadas para apoiar as autoridades civis no caso de algum grande incidente. Também se estimava que seriam

¹ Paralímpico, em vez de paraolímpico, foi a grafia adotada pelo Comitê Organizador dos Jogos Olímpicos Rio 2016 (DUARTE, [2015]).

² Receberam os jogos de futebol olímpico, aproveitando a estrutura utilizada na Copa do Mundo FIFA 2014, as cidades de Belo Horizonte/MG, Brasília/DF, Salvador/BA, São Paulo/SP e Manaus/AM (BRASIL, [2014e]).

³ Segurança compreende todos os serviços relativos à segurança pública, defesa nacional e inteligência necessários para garantir ambiente seguro e pacífico à população, aos visitantes e aos clientes dos Grandes Eventos (BRASIL, 2015e).

necessários apenas dois mil e quinhentos militares para compor o efetivo da estrutura de segurança empregadas no evento. E assim, a participação das FA foi conduzida até o Final da Copa do Mundo em 2014.

Entretanto, o que se observou durante os JO Rio 2016 foi totalmente diferente do inicialmente proposto. As FA tiveram uma participação muito mais ostensiva e marcante durante todo o período do evento, desde a chegada dos atletas até o encerramento das Paralímpias. Essa participação envolveu não apenas atividades de defesa⁴ e relacionadas à suas atribuições subsidiárias, como também atividades de segurança pública⁵⁶.

O emprego ostensivo das FA na segurança dos JO Rio2016 foi resultado de um decreto do Presidente da República que autorizava a intervenção Federal para Garantia da Lei e da Ordem (GLO) durante o evento. Entretanto, antes da concretização do fato, o Ministério da Defesa (MD), com base em tratativas no nível político, já havia iniciado a readequação do planejamento anterior a fim de redimensionar as forças necessárias para a operação.

O resultado dessa readequação foi que, em 58 dias de atividades de defesa para a segurança das Olimpíadas, 23 mil militares da Marinha, Exército e Força Aérea foram empregados, apenas na capital fluminense. No total, incluindo as 5 cidades do futebol, 43 mil homens e mulheres atuaram nos Jogos. Foram utilizados 26 navios, 3.083 viaturas, 109 blindados, 51 helicópteros, 81 embarcações de apoio, 80 aeronaves e 370 motocicletas (BRASIL, 2016d).

⁴ Defesa é o conjunto de ações realizadas para obter, resguardar ou recompor a condição reconhecida como de segurança (BRASIL, 2007).

⁵ Segurança pública compreende as atividades realizadas pelas polícias e também as atividades de defesa civil, segurança viária e as desenvolvidas pelas guardas municipais. (BRASIL, 1988)

⁶ Incluída no espectro da Segurança Pública, a Defesa civil é o conjunto de ações preventivas, de socorro assistencial e recuperativo, destinado a evitar ou minimizar os desastres, preservar o moral da população e restabelecer a normalidade social (BRASIL, 2007).

E foi observando a evolução do planejamento da MB durante os dois últimos GE que surgiu a motivação para este trabalho. Em especial o planejamento da Força Naval Componente (FNC) subordinada ao Comando Operacional Conjunto (COpCj) que atuou no Rio de Janeiro.

Comparando-se os números divulgados pelo MD referentes à participação da MB na Copa do Mundo FIFA 2014 e nos Jogos Olímpicos Rio 2016, percebeu-se que nesse último GE, houve um aumento de aproximadamente 300% na quantidade de meios navais empregados em relação ao primeiro.

Tal fenômeno suscitou alguns questionamentos:

- O que motivou esse aumento significativo de forças empregadas pela MB em 2016?
- A quantidade de meios alocados foi coerente com a missão atribuída àquela FNC?
- O resultado final da operação foi influenciado pela quantidade de meios empregados?

Este autor participou diretamente do planejamento e da execução das operações conjuntas realizadas durante a Copa das Confederações, Copa do Mundo e Olimpíadas⁷. A interação com os níveis tático e operacional durante o desenvolvimento dessas Operações construiu, à época, uma impressão de que, devido ao clima de incertezas quanto às capacidades dos órgãos de segurança pública, as ameaças foram superestimadas.

Entretanto, se faz necessária uma análise mais profunda das reais causas e seus efeitos, a fim de tentar encontrar respostas que contribuirão para a melhoria de futuros planejamentos do tipo.

1.1. Propósito

⁷ O autor, em 2013, estava embarcado no Navio Patrulha Oceânico (NPaOc) Amazonas (P120), capitânia do Grupamento de Segurança Marítima. Em 2014, foi Encarregado da Seção de Operações do Estado-Maior do Grupamento de Segurança Marítima I. Em 2016, exerceu as funções de Ajudante da Seção de Operações do Estado-Maior do Comando de Defesa Setorial (CDS) Copacabana na fase inicial de planejamento, e, posteriormente, as funções de Ajudante da Seção de Operações do Estado-Maior do Comando do Grupo Tarefa Marítimo. E, por fim, foi encarregado de Operações do Estado Maior da Unidades Tarefa Atenas (Apêndices C e D).

Este trabalho foi pensado com dois objetivos:

Em primeiro lugar, como o tema pesquisado ainda é pouco explorado, permitir ao autor aprofundar suas especulações e encontrar as reais causas da ocorrência do aumento na quantidade de navios adjudicados à FNC.

Em segundo lugar, compilar informações pertinentes sobre a maior Operação Conjunta e Interagências realizada pelas FA desde a criação do MD, de forma que o trabalho se torne uma referência de pesquisa para estudos futuros. Por motivo da atribuição de sigilo aos documentos operacionais, pouco material sobre esta operação está disponível para pesquisa acadêmica.

1.2. Metodologia

Para atingir os objetivos propostos, esse trabalho foi conduzido como uma pesquisa exploratória, o que permitiu a familiaridade entre o autor e todos os aspectos do tema pesquisado. O estudo foi iniciado com um processo de sondagem, a fim de aprimorar ideias, descobrir intuições e, posteriormente, elaborar novos questionamentos.

Por ser uma pesquisa bastante específica, podemos afirmar que ela assumiu a forma de um estudo de caso, tendo uma vasta pesquisa bibliográfica como base para o assunto abordado, englobando consultas a livros, documentos oficiais, artigos de revista e jornais, bem como sítios disponíveis na internet.

Foram explorados documentos de Alto Nível ostensivos, como o Plano Estratégico de Segurança Integrada (PESI) e diversas informações disponibilizadas pelo MD e outras agências⁸ do Governo, bem como documentos doutrinários, leis, decretos e portarias ministeriais.

⁸ Agência é uma organização, instituição ou entidade, fundamentada em instrumentos legais e/ou normativos, que tem competências específicas, podendo ser governamental ou não, militar ou civil, pública ou privada, nacional ou internacional (BRASIL, 2017a).

E como forma de obter informações específicas dos planejamentos Operacionais e Táticos, foram exploradas entrevistas com militares que tiveram experiências práticas durante os JO Rio 2016.

Nesse sentido, o Trabalho foi organizado em cinco capítulos, apresentados em uma sequência lógica de informações que, gradualmente, construiu o conhecimento necessário para se atingir os objetivos propostos.

Este primeiro Capítulo introduz o objeto de estudo, apresenta o questionamento inicial, os objetivos do Trabalho e a metodologia escolhida para alcançar estes objetivos. Também são apresentadas algumas definições necessárias ao desenvolvimento do conhecimento.

O Capítulo 2 apresenta um histórico de fatos relativos à realização dos JO Rio 2016 a fim de contextualizar a participação da MB e identificar os elementos necessários ao estudo.

No Capítulo 3 é apresentada a evolução do planejamento da FNC desde a Copa do Mundo 2014 até JO Rio2016 e sua análise.

No Capítulo 4 é apresentada uma análise de como os cenários de risco vislumbrados pelo nível Estratégico orientaram a definição dos vetores de ameaça no nível operacional e como esses vetores de ameaça influenciaram o planejamento da FNC.

Por fim, o Capítulo 5 encerra o trabalho com as conclusões encontradas.

2. JOGOS OLIMPICOS RIO 2016, HISTÓRICO E CONTEXTO

Este capítulo apresentará um histórico de fatos relativos à realização das Olimpíadas a fim de permitir contextualizar a participação da MB, identificado os elementos que contribuíram para o desenvolvimento do planejamento da FNC na Operação de Segurança daquele megaevento.

2.1. A candidatura do Rio de Janeiro como Cidade Olímpica

A escolha do Rio de Janeiro para ser cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016 começou, oficialmente, em setembro de 2007. A trajetória da capital carioca para os jogos teve início com o envio das Cartas de Intenção ao Comitê Olímpico Internacional, após um processo de escolha interna que levou em conta a existência de instalações esportivas de alto nível na cidade. Tais instalações permaneceram como legado dos Jogos Pan-americanos de 2007 (BRASIL, 2015e)

A iniciativa do projeto previa a realização do evento em quatro regiões da cidade, interligadas por redes de transporte público e autoestradas. À época, o forte apoio político e popular e a garantia de que haveria recursos para a realização das obras foram pontos fortes do projeto (BRASIL, 2009a).

Em outubro de 2009 o Rio de Janeiro foi anunciado oficialmente como cidade candidata a sede dos Jogos, ao lado de Chicago, Tóquio e Madrid. Foi a primeira vez que passou da primeira fase do processo do COI, após duas eliminações. A fase da candidatura contou com um relatório mais detalhado e uma visita da Comissão Avaliadora à cidade, que ocorreu em abril de 2009 (BRASIL, 2015e).

O Comitê de Candidatura também viajou a diversos países divulgando o projeto, recebendo elogios e apoio internacional. Porém, apesar do otimismo generalizado, os obstáculos para a realização das olimpíadas não estavam totalmente superados. Observando as

matérias veiculadas na mídia à época, podemos constatar que as principais preocupações relativas à realização dos Jogos Olímpicos giravam em torno de quatro pontos críticos.

Um desses pontos se referia aos problemas de coordenação entre os diferentes órgãos públicos e privados responsáveis pela segurança. Segundo o Dossiê de Candidatura (BRASIL, 2009e), a experiência do Brasil em fazer a segurança de GE⁹ na cidade, como o famoso Carnaval carioca e as comemorações de Réveillon, iria garantir a entrega de uma operação bem-sucedida e amigável. Porém, as diferenças entre a estrutura de segurança das tradicionais comemorações da cidade e um megaevento internacional não eram poucas.

Enquanto as comemorações do Réveillon costumam ter duração de algumas horas, e o Carnaval 4 dias, as Olimpíadas ocorreriam durante 40 dias ininterruptos. Com relação à concentração de pessoas durante as festividades de janeiro e fevereiro, se observa que a maioria do público fica limitada à orla da cidade e a locais específicos como o Sambódromo. Tais concentrações também ocorrem em horários restritos. Por outro lado, as competições e eventos olímpicos, ocorreriam simultaneamente em praticamente toda a cidade e durante todo o dia (Anexo A).

Obviamente, a monta de recursos humanos e materiais necessários para as ações de segurança dos eventos citados são bem distintos. Segundo dados da Polícia Militar, o Réveillon Carioca de 2016 empregou cerca de 12 mil policiais, enquanto o Carnaval do mesmo ano contou com cerca de 16 mil policiais (PMERJ, 2015; PMERJ, 2016). Já o Esquema de segurança proposto no dossiê de candidatura propunha um efetivo de setenta e sete mil agentes, provenientes de diversos estados e agências (BRASIL, 2009a).

⁹ Grande Eventos (GE) são eventos de natureza política, esportiva, religiosa ou reivindicatória que, devido ao tema, à natureza e/ou à dimensão requeiram esforços e processos diferenciados por parte de seus organizadores e dos órgãos de segurança, saúde e defesa civil, a fim de mitigar a possibilidade de ocorrência de incidentes ou seus efeitos, protegendo a vida, a incolumidade das pessoas, a imagem das instituições envolvidas e o patrimônio (VASCONCELLOS, 2017).

É importante compreender que o modelo de integração das ações dessas agências ainda estava em processo de amadurecimento, requerendo um grande esforço por parte do Governo Federal.

Outro ponto sensível era a desconfiança na capacidade do País em se contrapor à ameaça terrorista. Embora o Brasil nunca tenha sido alvo tradicional de grupos extremistas internacionais, a natureza do evento trazia à tona essa preocupação. Inclusive, as opiniões de especialistas eram conflitantes.

Woloszyn¹⁰ (2015), afirmava que o risco de um ataque terrorista durante os Jogos seria remoto, pois o comportamento de grupos extremistas, como o Estado Islâmico, se caracteriza por escolher alvos civis em sua rotina urbana, onde não há um reforço de segurança específica e onde não há um estado de alerta. O analista conclui também que um atentado ligado diretamente a esses grupos seria difícil, embora a ameaça de Lobos Solitários¹¹ fosse uma realidade.

Já Paulo Storani¹²(2015), um ano antes das Olimpíadas, afirmou que a questão do terrorismo era preocupante por não existir na cultura organizacional brasileira as ferramentas adequadas para lidar com esse tipo de ameaça. Também reforçou que a inteligência, as forças policiais e as autoridades de segurança pública não estariam habituadas a esse problema e que organizações extremistas poderiam se valer disso.

O Ato Olímpico (BRASIL, 2009b), dentre outras providências, concedeu a isenção de vistos para todos os estrangeiros vinculados à organização e realização dos jogos, bem como para os que apresentassem ingressos para as competições. Tal decisão recebeu várias críticas

¹⁰ André Luís Woloszyn atuou como Analista da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República (SAE). É consultor de organizações internacionais em assuntos de terrorismo e conflitos de baixa e média intensidade. Autor do livro “Terrorismo Global” editado pela Biblioteca do Exército.

¹¹ Um lobo solitário é alguém que prepara e comete atos violentos sozinho, fora de qualquer estrutura de comando e sem assistência material de qualquer grupo. No entanto, pode ser influenciado ou motivado pela ideologia e crenças de um grupo externo, e pode agir em apoio a um grupo (GLENS, 2017)

¹² Storani é ex-capitão do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ), além de analista de políticas públicas e consultor de Segurança Pública.

que apontavam o possível descontrole da entrada de suspeitos de terrorismo (WOLOSYN, 2015b; ARIAS, 2015).

Além disso, a instabilidade política e econômica no País figurava como o terceiro ponto crítico. Manifestações sociais, políticas e classistas eram imprevisíveis e poderiam interferir na realização das competições. Tal ameaça se concretizou durante a cerimônia de abertura da Copa do Mundo, quando manifestantes foram às ruas em várias cidades sede, em protestos marcados por forte repressão policial, que resultaram em dezenas de pessoas feridas e detidas em todo o país (G1, 2014)

Entretanto, a situação mais crítica seriam greves e paralisações de serviços públicos essenciais, taxistas, motoristas de ônibus e bombeiros, inclusive de forças policiais, como estavam ocorrendo há algum tempo nos estados do Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Bahia e Distrito Federal (UOL, 2014).

Aquelas paralizações, às vésperas dos Jogos Olímpicos, significariam o esgotamento das possibilidades do governo do Estado em cumprir os compromissos com a segurança do evento, exigindo uma intervenção federal direta, através do emprego das FA.

O último ponto, e com certeza o problema mais difícil de solucionar, se tratava da intensa violência instaurada pelo crime organizado no Complexo da Maré, um conjunto de 16 favelas localizado entre o Aeroporto Internacional Tom Jobim e o centro da cidade. Às vésperas do megaevento, a PMERJ enfrentava dificuldades para colocar efetivos nas trinta e oito UPP instaladas na região, e contava com o apoio de força militares desde 2014 em GLO (PUFF, 2014).

Tais questionamentos não se restringiam ao âmbito interno, estando frequentemente estampados nas mídias nacionais e internacionais. Os problemas de segurança somados ao temor pelos casos de *zika* vírus no país acarretaram um certo pessimismo nos organizadores dos JO Rio2016 (LEITÃO, 2016). Chegou-se a cogitar a diminuição de turistas, prejuízos no

setor hoteleiro e de serviços, inclusive a queda na procura por ingressos e a desistência de atletas e delegações (ÉPOCA, 2016).

2.2. As ações integradas de Segurança

De qualquer forma, o Dossiê de Candidatura foi entregue ao COI em janeiro de 2009. De acordo com aquele documento, o Governo Brasileiro assumia a responsabilidade de coordenar o envolvimento das agências federais, estaduais e municipais na operação de segurança dos Jogos. No Dossiê ficou definido que, em primeira instância, a responsabilidade pela segurança dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 seria do Governo Federal, por meio do MJ e da SENASP¹³(BRASIL, 2009a).

Nessa primeira atribuição de responsabilidades, a SENASP iria coordenar o envolvimento das autoridades de segurança Federais, Estaduais e Municipais e das agências de Defesa e Inteligência na operação de segurança dos Jogos. No âmbito federal estavam incluídas todas as agências da Polícia Federal (PF), Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) e a Força nacional de Segurança Pública (FNSP)¹⁴. No âmbito estadual estavam incluídas a Polícia Civil, a PMERJ, o Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Rio de Janeiro (CBMERJ) e a Defesa Civil Estadual, apoiadas pelas agências de segurança municipais, como a Guarda Municipal e a Defesa Civil Municipal. (BRASIL, 2009a).

É importante observar que, naquele momento, o Dossiê de Candidatura informava que a participação das Forças Armadas na segurança dos Jogos se restringiria à proteção marítima e aérea e também ao apoio eventual a autoridades civis no caso de algum grande

¹³ A SENASP é um órgão público superior de nível federal, vinculado ao Ministério da Justiça. Ela é responsável pela política de segurança pública no país (MJ, 2006)

¹⁴ A FNSP é um programa de cooperação federativa na área de Segurança Pública, e está sob a responsabilidade da SENASP (BRASIL, 2004).

incidente. Por outro lado, todas essas atividades já se enquadram como atribuições subsidiárias das FA previstas em lei¹⁵.

Já no âmbito da Inteligência, desde a fase de preparação do Dossiê de Candidatura, a ABIN vinha centralizando a participação dos órgãos componentes do Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN) e coordenava a elaboração de análises de risco, a produção do conhecimento, à prevenção ao terrorismo e a difusão das informações. Foram criados o Centro de Inteligência Nacional (CIN) e os Centros de Inteligência Regionais (CIR), instalados respectivamente na sede da ABIN, em Brasília, e nas cidades sede (BRASIL, 2015).

Em seguida, imediatamente após os Jogos Mundiais Militares Rio 2011, foi criada a SESGE. Integrada ao MJ, ficou sob a responsabilidade da PF e foi chefiada por Delegados Federais desde sua criação. A SESGE tinha como propósito planejar as ações de Segurança Pública para a Copa do Mundo, Olimpíadas e Paralimpíadas, além de outros eventos internacionais, como a Jornada Mundial da Juventude e a Copa das Confederações (BRASIL, 2011b).

Ato contínuo, aquela secretaria instituiu o SICCGE e os CICC em âmbito nacional e regional para dar suporte às ações de segurança pública nos GE (BRASIL, 2013). E posteriormente, no início de 2015, a SESGE criou a COESRIO2016, que passaria a funcionar como um fórum deliberativo no qual se definiriam os parâmetros da atuação coordenada e integrada dos órgãos federais, estaduais e municipais de Segurança Pública e de Defesa Civil, bem como de outras entidades relacionadas, respeitando suas atribuições constitucionais e legais (BRASIL, 2015d).

Nesse intervalo, o Ministério da Defesa (MD) criou a Acessoria Especial para Grandes Eventos (AEGE), vinculada ao Estado-Maior Conjunto da Forças Armadas (EMCFA). O Centro de Operações Conjuntas (COC) passou a ser utilizado como a estrutura de

¹⁵ Lei Complementar no 97/1999 – Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. Última alteração: Lei Complementar no 136/2010 (BRASIL, 1999)

coordenação e monitoramento das ações das três FA. Centros Coordenadores de Defesa de Área (CCDA) passariam a atuar em nível regional com a missão de coordenar as atividades de competência constitucional das FA (BRASIL, 2012a).

O modelo adotado e as estruturas criadas foram testadas na Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, em 2012, na Copa das Confederações, em 2013, na Jornada Mundial da Juventude, com a visita do Papa Francisco ao Rio de Janeiro, em 2013, e na Copa do Mundo, em 2014. Ao longo daqueles três anos foi grande o amadurecimento das ações integradas entre o MD, MJ, ABIN, governos estaduais, municipais e organizações internacionais e multilaterais envolvidas (BRASIL, 2015e).

Ao final dessa sequência de GE, o Brasil possuía considerável expertise na área de segurança. Em especial, as FA tiveram uma ótima oportunidade de praticar as recentemente aprovada Doutrina de Operações Conjuntas¹⁶ e de Operações Interagências¹⁷.

Com o encerramento da Copa do Mundo 2014, restava apenas a integração do último escalão do Governo Federal, que estabeleceria as diretrizes políticas e estratégicas para a realização do megaevento. Então, em 2015, foi aprovado o PESI (BRASIL, 2015e), sendo o último passo para implementar as estratégias governamentais referentes à segurança dos Jogos Rio 2016.

Esse foi o marco que, visando a integração das ações, estabeleceu uma sólida coordenação entre o Ministério da Justiça (MJ), MD e o extinto Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI-PR).

¹⁶ Operações que envolvem o emprego coordenado de elementos de mais de uma força singular, com propósitos interdependentes ou complementares, sem que haja a constituição de um comando único no escalão considerado. (BRASIL, 2007)

¹⁷ Interação das Forças Armadas com outras agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, a dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos. (BRASIL, 2017a)

O problema sobre a coordenação entre os órgãos de segurança, sem sombra de dúvidas, já havia sido resolvido em 2015 (BRASIL, 2014b; BRASIL, 2014c). Porém, a crise política do País e principalmente a crise financeira no estado do Rio de Janeiro agravaram-se muito (PUFF, 2016a). No Dossiê de Candidatura constavam diversas medidas para atingir as metas de segurança prometidas, na sua maioria de responsabilidade do Governo do Estado do Rio de Janeiro (BRASIL, 2009a).

Entretanto, o Governo Estadual não dispunha de recursos para conciliar o pagamento dos juros de empréstimos, a manutenção de serviços essenciais e a finalização das obras de mobilidade compromissadas com organismos internacionais. Consequentemente, os recursos destinados à Secretaria de Segurança Pública sofreram severos cortes Dívidas com pagamento de salários atrasados e com empresas prestadoras de serviços se acumulavam. (BRASIL, 2017b).

A trinta dias do início dos Jogos, a polícia Civil Estadual, a PMERJ e o CBMERJ estavam à beira do colapso, com ameaças constantes de paralizações e manifestações a exemplo das que estavam acontecendo em outros estados (CONGRESSO, 2016). Os índices de violência continuavam altos e o crime organizado amedrontava residentes e turistas (PUFF, 2016b).

2.3. O emprego das Forças Armadas

Desde 2013, o MD, por intermédio da AEGE, tratou da participação das FA na segurança dos JO Rio2016 junto aos diversos órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos nesse grande evento (BRASIL, 2012a).

Ainda em 2013, foi elaborada, de comum acordo entre os envolvidos, a minuta do “Caderno de Atividades e Atribuições de Segurança para os Jogos Rio 2016”. Esse documento passou a orientar os planejamentos iniciais das FA. Nele estavam relacionadas as áreas e eixos

de ação nos quais todos os órgãos envolvidos poderiam atuar, fosse como responsável ou em apoio (MOUTINHO, 2018).

Em janeiro de 2015, o MD expediu as Diretrizes Ministeriais para atuação das FA nos JO Rio2016. Para a cidade do Rio de Janeiro, coube ao Exército Brasileiro (EB) designar o Comando Geral de Defesa de Área (CGDA), função que foi exercida pelo Comando Militar do Leste (CML), tendo subordinado a ele quatro Comandos de Defesa Setorial (CDS) para as regiões de Copacabana, Barra, Deodoro e Maracanã. Essa Portaria determinou ainda que a MB designasse o Comando de defesa de Área (CDA) de Salvador e o CDS Copacabana e além de apoiar os demais CDA/CGDA¹⁸ do EB com meios e pessoal (BRASIL, 2015a; BRASIL, 2015b).

Em fevereiro de 2015, o EMCFA expediu o Plano Estratégico de Emprego Conjunto das Forças Armadas (PEECFA) Rio 2016. Esse Plano, elaborado com a participação de representantes do Comando de Operações Navais (ComOpNav), foi a base para os planejamentos operacionais dos CGDA/CDA. Nele estava previsto que a MB adjudicaria um Destacamento de Defesa Anti Aérea de Fuzileiros Navais (DstDAAFuzNav) ao Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA), o Grupo Especial de Retomada e Regade de Operações Especiais (GERR-OpEsp) ao Comando Conjunto de Prevenção e Combate ao Terrorismo (CCPCT), e proveria equipes de negociação a todos os CDA/CGDA (MOUTINHO, 2018).

Em fevereiro de 2015, o CGDA Rio realizou o seu planejamento operacional em conjunto com o ComOpNav e emitiu, em agosto daquele ano, o seu Plano Operacional, delegando as tarefas para o Comando de Defesa de Setorial Copacabana (CDSCOP) (MOUTINHO, 2018).

¹⁸ Os CDA são os Comandos Operacionais Conjuntos responsáveis pelas ações de Defesa em cada uma das cidades sede dos GE. O CDA Rio, durante as olimpíadas, foi renomeado Coordenador Geral de Defesa de Área (CGDA) e passou a ter Coordenadores de Defesa Setoriais (CDS) subordinados. (MINISTÉRIO DA DEFESA (MD), 2012).

Cada instalação de competição, treinamento e apoio, teve um Plano integrado de Segurança e Ordenamento Urbano (PISOU) que, em linhas gerais, definia atribuições, detalhava as instalações e estabelecia os limites de segurança para cada local. Os PISOU foram elaborados com a participação de representantes de todos os órgãos envolvidos (MD, MJ, Comitê Olímpico Rio 2016, Prefeitura Municipal, PMERJ, CBMERJ, Guarda Municipal, Defesa Civil e Polícia Federal) (DELMAZO, 2016).

Em julho de 2016, os CDA, os CDS, o COMDABRA e o CCPCT finalizaram seus planejamentos operacionais com a participação de Oficiais de Ligação do ComOpNav. (MOUTINHO, 2018).

Em outubro de 2015, o PESI Rio 2016 foi assinado pelos Ministros da Defesa, da Justiça e do então existente GSI/PR. Esse Plano definia os Eixos de Atuação (Segurança Pública, Defesa e Inteligência), os responsáveis por cada um (Órgãos de Segurança Pública - OSP, MD e ABIN, respectivamente), além das atividades a serem desenvolvidas em cada eixo. (BRASIL, 2015e)

Segundo Moutinho¹⁹, (2018), o PESI reforçava quatro pontos importantes:

- a) a segurança dos portos, inserida na atividade de Polícia Marítima, caberia aos OSP²⁰;
- b) as atividades típicas de segurança pública, desenvolvidas dentro de áreas militares, ocorreriam em coordenação entre MD e MJ;
- c) a previsão do emprego das FA seria em atividades de Defesa Civil e Segurança de Dignitários; e
- d) as atividades de defesa, que serão exercidas nos termos da decisão presidencial que autorizar o emprego das FA.

¹⁹ O Capitão de Corveta (Fuzileiro Naval) Rafael Pereira Moutinho foi encarregado da seção de planejamento do estado-maior do CDSCOP. Entrevista constante no Apêndice B.

²⁰ Os portos e terminais estavam excluídos da esfera de atuação dos CGDA/CDA. A segurança desses locais é atribuição específica de determinados órgãos e agências competentes. (BRASIL, 2009c)

É importante observar que as atividades de Segurança Pública em meio aquaviário extrapolam as competências da MB como Autoridade Marítima, sendo de responsabilidade da Polícia Marítima (BRASIL, 2009c).

Dessa forma, como algumas competições ocorreriam dentro de um perímetro no mar ou em águas interiores, considerados “instalações de competição”, a sua segurança caberia aos OSP. Entretanto, de acordo com Moutinho (2018), desde o início do planejamento, os mesmos já manifestavam não possuírem meios suficientes para tal.

Assim, a MB atuou, praticamente desde o início das competições, como Força de Contingência na segurança dessas citadas “instalações”. Porém, apenas o pôde fazer com o respaldo do decreto de GLO, assinado três dias após a abertura oficial dos Jogos Olímpicos.

3. A FORÇA NAVAL COMPONENTE - EVOLUÇÃO DA ORGANIZAÇÃO POR TAREFAS

Neste capítulo será apresentada a evolução do planejamento da FNC no Rio de Janeiro. Serão analisados os meios adjudicados, a organização por tarefas, as missões atribuídas, e os fatores que determinaram tais diferenças, bem como os seus impactos na operação.

3.1. Operações Conjuntas e Interagências

Conforme observado no capítulo anterior, desde 2012 as FA foram empregadas na segurança de GE, de forma geral, em atividades de defesa nacional e em articulação com órgãos e agências envolvidas nos eventos. Por outro lado, também cumpriam atribuições complementares, por meio de ações preventivas e repressivas, contra eventuais ameaças ou situações que comprometessem a segurança dos Jogos.

Segundo Moutinho (2018), com o objetivo de promover um ambiente seguro para as populações locais, clientes e visitantes, durante todo o período do evento, a Defesa seria conduzida nas dimensões Aeroespacial, marítima, terrestre e informacional. E neste sentido, o planejamento de emprego da FA previa as seguintes ações:

- Ações Aeroespaciais – compreendiam a defesa aérea, vigilância e controle do espaço aéreo;
- Ações Marítimas e Fluviais – compreendiam a defesa marítima e fluvial, segurança da navegação aquaviária salvaguarda da vida humana no mar, fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos no mar;
- Ações de Segurança e defesa cibernética – compreendiam a segurança e a defesa dos ativos de informação relevantes para a organização dos Eventos, bem como os sistemas de tecnologia da informação e de comunicações;

- Ações de transporte aéreo e logístico – compreendiam a utilização de meios aéreos da FA nas atividades de apoio logístico de interesse para as operações militares ou ações governamentais;
- Fiscalização de explosivos – compreendia a fiscalização da produção e importação de produtos explosivos e potencialmente perigosos;
- Ações de defesa QRBN – compreendiam as atividades de prevenção, defesa, contramedidas e gerenciamento das consequências relacionadas a ameaças químicas, radiológicas, biológicas e nucleares;
- Proteção de estruturas estratégicas – compreendia o emprego da FA nas atividades de monitoramento, vigilância e proteção de estruturas essenciais ao fornecimento ininterrupto de serviços necessários;
- Emprego de forças de contingência – compreendia a utilização das FA para contingência em caso de insuficiência, inexistência, indisponibilidade dos meios de segurança pública ou seus efetivos;
- Enfrentamento ao terrorismo – compreendia o conjunto de ações de defesa, incluindo atividades de inteligência e de repressão, que visavam prevenir e combater ações terroristas e assemelhadas;
- Ações aeroportuárias – compreendiam o emprego das FA no receptivo de dignitários ou outras autoridades em bases aéreas ou aeroportos civis;
- Segurança viária, controle de tráfego, policiamento ostensivo, preservação da ordem pública, ordenamento urbano e defesa civil e áreas de administração militar utilizadas no evento; e
- Segurança de dignitários e VIP.

E devido a esse amplo espectro de dimensões e atividades, o MD (BRASIL, 2012) determinou que o planejamento das ações deveria priorizar o emprego conjunto das FA, em

coordenação e articulação com os OSP, agências e demais órgãos governamentais e internacionais, dentro de um ambiente interagências.

Dessa forma, o EMCFA criou uma estrutura de Emprego Conjunto das FA para a Copa das Confederações 2013, que foi replicada na copa do Mundo 2014 (Apêndice G). Entretanto, essa estrutura sofreu algumas alterações para os JO Rio 2016 (Apêndice H).

É possível observar nos Apêndices G e H que a principal diferença entre as referidas estruturas foi a redução do número de CDAs. Ao contrário da Copa, quando os jogos ocorrerem em doze estados diferentes, nas olímpiadas houve a concentração de eventos na cidade do Rio de Janeiro, com exceção de outras 5 cidades que receberam jogos de futebol.

E por conta do aumento de responsabilidades do CDA Rio, este foi redesignado como CGDA Rio, e recebeu a subordinação de quatro CDS. Apenas cinco CDAs foram mantidos: um em cada uma das cinco cidades-sede do futebol, e com estruturas idênticas às utilizadas durante a Copa do Mundo.

Podemos observar também que, de acordo com a Doutrina de Operações Conjuntas do MD (BRASIL, 2011a), tanto os CDA na Copa do Mundo, como o CGDA e demais CDA nas Olimpíadas, eram considerados Comandos Operacionais Conjuntos (COPCj), e dessa forma, possuíam suas Forças Componentes (FC).

Em que pese os CDA Salvador e Natal terem sido atribuídos a comandos da MB durante a Copa e a Olimpíada, no Rio de Janeiro aquela força participou em ambos os eventos compondo a FNC subordinada ao COPCj da área. Nas duas oportunidades, o comandante do 1º Distrito Naval foi designado Comandante da FNC, tendo adjudicados a ele, todos os seus meios navais distritais, bem como meios navais e aeronavais da esquadra e meios de fuzileiros navais (MOUTINHO, 2018).

Segundo Moutinho (2018), o ComOpNav participou diretamente dos planejamentos dos COPCj no Rio de Janeiro. E, devido às particularidades das atividades Marítimas e Fluviais, ficou a cargo daquele comando a indicação e adjudicação dos meios necessários ao cumprimento das tarefas da FNC.

Moutinho (2018) ainda afirmou que, inicialmente, a quantidade de meios navais adjudicados às duas FNC foi praticamente a mesma em ambos os eventos. Entretanto, ao longo do planejamento para as Olimpíadas, a FNC solicitou a inclusão de mais navios e embarcações de pequeno porte. Tal aumento da necessidade de meios estaria relacionada às medidas necessárias para o enfrentamento de ameaças levantadas.

3.2. Comparação entre as FNC.

É pertinente a comparação entre as organizações por tarefas da FNC nos dois eventos a fim compreender melhor o objeto de estudo.

3.2.1. A FNC na Copa do Mundo 2014

De acordo com Júnior²¹ (2018), durante o período da Copa do Mundo, o Com1DN foi designado o Comandante da Força Naval Componente subordinado ao CDA Rio. O seu estado maior foi composto por oficiais do próprio Distrito Naval e OM subordinadas.

Segundo ele, a FNC foi organizada em quatro Grupos-Tarefa (Apêndice I), cujas composições e tarefas atribuídas são relacionadas a seguir:

²¹ O Capitão de Fragata Carlos Alberto da Costa Júnior integrou a seção de operações do estado-maior da FNC subordinada ao CDA Rio durante a Copa do Mundo. Entrevista constante no Apêndice F

1) Grupamento de Segurança Marítima-1 (GptSegMar-1) – composto por seis navios do Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste (ComGptPatNav-SE).

Tinha como tarefas, realizar ação de presença nas áreas de interesse, realizar Patrulha Naval (PATNAV); conduzir operações de esclarecimento em proveito dos meios navais; e acompanhar o tráfego marítimo nas proximidades do porto do Rio de Janeiro, com ênfase nas proximidades das localidades onde estiveram hospedadas as delegações estrangeiras.

2) Grupamento de Segurança Marítima-2 (GptSegMar-2) – composto por 15 embarcações da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro (CPRJ).

Tinha como tarefas, realizar ação de presença e Inspeção Naval nas áreas de interesse; e acompanhar o tráfego marítimo na Baía da Guanabara, nas áreas da Marina da Glória, porto do Rio de Janeiro, aeroporto do Galeão, Terminal Aquaviário da Baía da Guanabara (TABG) e Ilha fiscal (centro de mídia).

3) Grupamento de Segurança Marítima-3 (GptSegMar-3) – composto por 05 embarcações da Capitania dos Portos do Espírito Santo (CPES).

Tinha como tarefas, realizar de ação de presença e Inspeção Naval nas áreas de interesse; e acompanhar o tráfego marítimo nas áreas de interesse em Vitória - ES.

4) Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) – composto pelo 3º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais (3ºBtlInfFuzNav).

Permaneceu em prontidão durante toda operação para ser empregado na defesa dos pontos de interesse e como força de contingência dos Órgãos de Segurança Pública (OSP), nas áreas estabelecidas pela Força Naval Componente, e efetuou a segurança de Rota Protocolar e a Linha Vermelha.

É possível observar que, nas tarefas atribuídas ao três GT de Segurança Marítima, que não havia objetivos a defender em suas áreas de operação. As instalações de interesse que deveriam ser protegidas, fossem estádios ou hotéis, eram todas localizadas em terra e, com raras exceções, sem acesso por via aquaviárias.

Desta forma, deduz-se que esforço principal era o de intensificar as atividades relacionadas às atribuições subsidiárias, a fim de aumentar a sensação de segurança durante o evento.

3.2.2. A FNC nos Jogos Olímpicos Rio 2016

De acordo com Moutinho (2018), durante o período da Operação Jogos Olímpicos Rio 2016, o Com1DN foi o Comandante do CDSCOP, subordinado ao CGDA Rio. O Estado-Maior do CDSCOP foi composto por militares de diversos setores da MB, e a Força Tarefa (FT) foi organizada em três Grupos Tarefa (GT) com as seguintes composições e atribuições:

1) Grupo Tarefa Marítimo (GTMAR) – Ao comando desse GT, foi designado o comandante da 1ª Divisão da Esquadra (ComDiv-1). O Estado-Maior foi constituído por militares do próprio ComDiv-1. Dispunha de dez navios do Comando em-chefe da Esquadra (ComemCh), incluindo um Navio-Tanque e um Navio-Aeródromo, além de três embarcações de desembarque e seis aeronaves de asa rotativa. Também contava com nove navios do ComGptPatNav-SE, além de quarenta e seis embarcações da CPRJ.

Tinha como tarefas, controlar o tráfego aquaviário nos locais de interesse para a segurança dos jogos, realizar a contingência dos OSP nas *venues*²² e instalações de competição

²² De venues eram chamadas instalações ou locais de eventos utilizados para competição, não competição, suporte ou treinamento. As venues geograficamente próximas, mas que não compartilham do mesmo perímetro de segurança formavam um cluster. Foram estabelecidos quatro clusters: Copacabana, Maracanã, Barra e Deodoro.

do *cluster* Copacabana (Apêndice K) e prover o apoio de transporte e logístico ao GT Terrestre e outros CDS.

2) Grupo Tarefa Terrestre (GTTER) – Ao Comando desse GT foi designado Chefe do Estado-Maior do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE). O estado-maior foi composto por oficiais do próprio ComFFE. Contava com três batalhões de infantaria de Fuzileiros Navais (BtlInfFuzNav), um batalhão de artilharia (BtlArtFuzNav) e um Batalhão logístico (BtlLogFuzNav).

Tinha como tarefas, realizar a contingência dos OSP no *cluster* Copacabana; monitorar o Centro Regional de Operação do Sistema Elétrico, o Terminal Rodoviário Novo Rio, a Estação das Barcas (Praça XV) e o Porto do Rio de Janeiro, além de contribuir para a proteção dessas Estruturas Estratégicas e para o funcionamento ininterrupto dos serviços prestados às instalações e áreas de interesse aos Jogos Rio 2016. Também deveria proteger o Sítio de Antenas de Radiodifusão da Ilha Rasa²³ e prover o apoio logístico ao GT CCTI.

3) Grupo Tarefa Centro de Coordenação Tático Integrado (CCTI) – composto pelo Grupo Especial de Retomada e Resgate do Grupamento de Mergulhadores de Combate (GERRMEC) e da Companhia de Defesa Nuclear Biológica Química e Radiológica do Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais.

Tinha como tarefas, conduzir ações de Enfrentamento ao Terrorismo, Anti-DEI (Dispositivos Explosivos Improvisados) e de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica (DefNBQR) em coordenação com o CCPCT.

Nota-se que, para o GTMAR, principal diferença entre a operação da Copa do Mundo e a das Olimpíadas, foi a existência objetivos em áreas marítimas e fluviais a serem

²³ O sítio de antenas da Ilha Rasa concentrava a retransmissão das comunicações via rádio dos OSP. A interrupção do seu funcionamento poderia impactar na coordenação das ações de segurança.

defendidos. Conforme mencionado no capítulo 2, as raias de regatas e de maratona aquática, que deveriam ser asseguradas pela Polícia Marítima, ficaram praticamente todas sob responsabilidade do GTMAR.

Segundo Moutinho (2018), a Polícia Marítima, devido aos seus poucos meios disponíveis, atuou basicamente sob demanda, nos casos em que fosse necessário o exercício do poder de polícia judiciária, como prisões em flagrante e autuações de infratores.

Por outro lado, é importante notar que os meios adequados a realizar a segurança das raias de competição não poderiam ser de grande porte, por conta de restrições de manobrabilidade, velocidade, além da elevada probabilidade de interferir na realização da competição e de colocar a segurança dos participantes em risco. Para suprir as deficiências dos OSP, entende-se que seriam adequados meios de pequeno porte, como ECSR, LAEP e AviPa.

Entretanto, percebe-se que, além do aumento da quantidade de pequenas embarcações da CPRJ, de 15 para 46, também houve um aumento significativo de embarcações de grande porte, com a inclusão de Fragatas, Corvetas, um Navio Tanque e um Navio Aeródromo (Apêndice J).

Pereira²⁴ (2018), afirmou que GTMAR, solicitou a adjudicação de mais meios em virtude da necessidade de revezamento de navios ao longo dos 65 dias de operação, além da intenção de realizar uma defesa em profundidade contra a ameaça de atentados terroristas empregando navios mercantes e outras embarcações de grande porte, bem como outros vetores marítimos de ameaça, como grupos manifestantes e embarcações não autorizadas.

²⁴ O Capitão de Fragata André Martins Pereira foi Encarregado da Seção de Operações do GTMAR durante as Olimpíadas. Entrevista constante no Apêndice C.

3.3. Controle da operação planejada da FNC durante a olimpíada.

Difícilmente um Plano Operacional preverá todas as eventualidades das ações militares, por melhor que tenha sido o trabalho do Estado-Maior que o originou (BRASIL, 2011a, v. 3, p. 57).

Segundo Teixeira²⁵ (2018), o planejamento inicial da operação previa o emprego de todos os meios adjudicados, sendo revezados ao longo dos sessenta e cinco dias. Por outro lado, ele observou que, em que pesasse a necessidade daquele grupamento permanecer em condições de atender às demandas operativas do Com1DN, todos os meios disponíveis no ComGptPatNavSE ficaram à disposição do GTMAR.

Para ele, o ComGptPavNav-SE não podia deixar de cumprir suas responsabilidades junto ao Com1DN como Representante da Autoridade marítima e como SALVAMAR SUDESTE. Além disso, de acordo com o PESI (BRASIL, 2012), as FA deveriam realizar seus planejamentos de forma a não comprometer as tarefas relacionadas às suas atribuições subsidiárias.

Teixeira (2018) observou que a interdição das áreas e a contingência aos OSP consumiriam muitos meios, e os compromissos habituais do Com1DN não diminuiriam. Segundo ele, 71% dos dias de mar realizados pelos meios do ComGptPatNav-SE durante a operação das Olimpíadas foram dedicados a eventos de Busca e Salvamento (SAR²⁶) e às outras demandas do Com1ºDN. Dessa forma, apenas um NPa de 200t e dois AviPa ficaram exclusivamente dedicados aos Jogos Olímpicos durante todo o tempo. Todos os outros navios participaram de forma eventual, entre o revezamento na área de operação e eventos SAR.

²⁵ O Capitão de Mar e Guerra José Achilles Abreu Jorge Teixeira era comandante do ComGptPatNav-SE e da UT Atenas, subordinada ao GTMAR durante as Olimpíadas. Entrevista constante no Apêndice D.

²⁶ SAR – do inglês *search and rescue*

Nota-se que a ideia inicial de revezar os navios a fim de poupar os meios não pôde ser posta em prática. Todos os navios do GTMAR foram empregados durante todos os dias da operação, mesmo que em operações não relacionadas às Olimpíadas.

Segundo a Doutrina de Operações Conjuntas (BRASIL, 2011a), o controle da operação planejada orienta continuamente o esforço total com vistas ao o cumprimento da Missão, reajustando as ações a serem empreendidas pelas forças componentes de forma a suplantar os eventuais óbices, sejam estes decorrentes de fatos novos, de acontecimentos inopinados ou das ações do inimigo.

Os eventos SAR foram acontecimentos novos que não haviam sido incluídos como risco na fase de planejamento.

Este autor entende que a adjudicação de todos os meios disponíveis no ComGptPatNav-SE ao GTMAR, desconsiderando a necessidade de se manter navios disponíveis para as atividades regulares do Com1Dn, como SAR e PATNAV, pode ter sido uma decisão equivocada.

Entretanto, para comprovar tal suposição, é necessário analisar com mais atenção o argumento utilizado pelo GTMAR para solicitar mais navios além dos que foram inicialmente adjudicados pelo ComOpNav. O intuito dessa análise é averiguar se o amplo espectro de ameaças, relacionado à contingência dos OSP, realmente justificaria o aumento na quantidade de meios navais empregados.

4. AS AMEAÇAS À SEGURANÇA DOS JOGOS OLÍMPICOS

Este capítulo apresentará os cenários de risco e os vetores de ameaça que foram previstos nos planejamentos da operação de Segurança do Jogos Olímpicos Rio 2016. Também apresentará uma comparação entre as Matrizes de Gerenciamento de Risco nos diversos escalões, e como a avaliação de ameaças impactou na decisão de emprego de meios na FNC durante os JO Rio 2016.

4.1. Os cenários e os riscos

O Dossiê de Candidatura (BRASIL, 2009a) propunha um baixo nível de riscos para a realização dos Jogos Olímpicos. Naquele documento, foram apresentadas as conclusões de uma análise preparada em conjunto, pela Comissão de Candidatura Rio 2016, SENASP e ABIN, e com a participação de especialistas em análise de riscos, nacionais e internacionais.

O referido estudo levantou informações sobre a possibilidade de ocorrência de grandes incêndios, invasões nas instalações dos Jogos, protestos e manifestações civis, ações criminosas, comprometimento da infraestrutura de comunicações, comprometimento da mobilidade urbana, ocorrência de catástrofes naturais e ações ativistas e terroristas. Também analisava capacidade de resposta dos OSP a essas ameaças (BRASIL, 2009a). As previsões eram positivas e o tom do documento era de otimismo.

Entretanto, conforme apresentado no capítulo 2, podemos observar que diversos fatores relacionados à situação política, econômica e social do país levaram à degradação do nível geral de risco. Ameaças, inicialmente consideradas controladas em 2009, ganharam força e passaram a ocupar posições de destaque nos planejamentos das Operações de Segurança dos GE subsequentes.

Segundo Moutinho (2018), em 2014 eram consideradas como possíveis ameaças durante realização da Copa do Mundo as seguintes Forças Adversas²⁷: crime organizado (narcotráfico e milícias), elementos criminosos comuns (criminosos em geral e torcidas violentas), organizações terroristas, e manifestantes (associações sindicais, grupos minoritários, organizações internacionais).

Entretanto, ele afirmou que o PEECFA da Copa do Mundo previa que as FA seriam empregadas, prioritariamente, em apoio aos OSP no que se referisse às suas atribuições subsidiárias e típicas do eixo de Defesa, bem como, de forma episódica, em contingência às forças de segurança pública em caso de esgotamento de recursos humanos e materiais. Dessa forma, o Gerenciamento de Risco Operacional (GRO)²⁸ não apontaria para a necessidade de se planejar ações diretas contra aquelas ameaças.

Posteriormente, o PESI (BRASIL, 2015e) atualizou e detalhou as informações sobre os riscos esperados, de forma a aprimorar o processo de planejamento e execução da operação de segurança. Passou a considerar como novas premissas: o interesse e a atenção da mídia global pelo grande evento; o grande fluxo de pessoas, especialmente na cidade do Rio de Janeiro; a multiplicidade de instalações olímpicas; a multiplicidade e simultaneidade de eventos; a necessidade de adequação das estruturas de segurança para atender às peculiaridades do evento, sem prejuízo dos serviços ordinários; e o aproveitamento dos sistemas e estrutura de segurança legados pelos grandes eventos já realizados no País.

Partindo dessas premissas e da experiência adquirida em eventos anteriores, no PESI (BRASIL, 2015e) foram considerados, como principais riscos para a segurança dos Jogos

²⁷ Segundo o glossário das Forças Armadas, forças adversas são pessoas, grupos de pessoas ou organizações cuja atuação comprometa o pleno funcionamento do estado democrático de direito, a paz social e a ordem pública (BRASIL, 2007).

²⁸ GRO é o processo utilizado para administrar os riscos presentes em uma campanha ou operação militar, compreendendo a identificação de perigos, a avaliação dos riscos decorrentes dos perigos, a formulação de medidas para controle do risco, a avaliação do risco residual, a decisão de risco, a implementação das “medidas de controle do risco” e a supervisão quanto à eficácia de tais medidas (BRASIL, 2018).

Olímpicos, os seguintes cenários decorrentes da situação do país à época, prevendo também a sua evolução até os Jogos Olímpicos:

- a) ações terroristas ou de sabotagem de qualquer natureza na *venues* ou suas proximidades;
- b) ações violentas praticadas durante manifestações sociais interferindo no acesso às *venues*;
- c) criminalidade e violência urbana contra atletas, família olímpica e expectadores;
- d) comprometimento do sistema de mobilidade urbana afetando o acesso às *venues*;
- e) comprometimento da saúde coletiva;
- f) comprometimento dos serviços essenciais da cidade com impacto na realização das competições;
- g) ataques cibernéticos degradando sistemas de controle, monitoramento e operacionais ligados à Organização dos Jogos;
- h) fenômenos meteorológicos interferindo na realização das competições; e
- i) incidentes e catástrofes naturais afetando as instalações olímpicas.

4.2. Os vetores de ameaça

Moutinho (2018), observou que os cenários propostos pelo PESI orientaram o planejamento inicial da operação a nível Estratégico e Interministerial. O PEECFA da Olimpíada traduziu estes cenários para o nível estratégico militar e apresentou os vetores de ameaça²⁹ que concorreriam para a concretização daqueles cenários.

Entretanto, ainda foi necessário que os níveis Operacional e Tático analisassem tais vetores de ameaça a fim de permitir a definição das linhas de ação para, neutralizar, impedir ou mitigar as suas ações.

²⁹ Para o planejamento do JO Rio2016, as forças adversas foram chamadas de “Vetores de Ameaça” por ser impossível estabelecer sua identificação precisa. Seriam mais precisamente como modelos de *modus operandi*.

Moutinho (2018), citou os seguintes vetores de ameaça levantados inicialmente pelo CGDA Rio:

a) Grupos Terroristas e Antissistêmicos

Segundo o entrevistado, o acompanhamento de tendências globais do terrorismo à época, revelava que, além das organizações alinhadas ao chamado “extremismo islâmico”, grupos “antissistêmicos”, de orientação anarquista, antissemita ou separatista, com frequência recorriam a estratégias violentas de afirmação política de ideias ou de contestação do *status quo*. Ressaltou também que ambas as vertentes terroristas buscavam a disseminação de suas ideologias por intermédio da Internet, com o intuito de obter redes de apoio logístico ou ideológico em outros países, inclusive no Brasil.

O oficial também observou que os levantamentos de inteligência consideravam pouco provável a ocorrência de atentados ligados às redes terroristas da Al Qaeda ou do Hezbollah, ou mesmo a qualquer outra organização antissistêmica. Entretanto, o histórico de ataques isolados contra agentes de segurança em diversos países ocidentais, ligados ao grupo extremista Estado Islâmico, apontavam para o elevado risco de eventuais ações semelhantes durante os JO Rio 2016³⁰, inclusive pela atuação de lobos solitários.

É pertinente a análise feita pelo Especialista em terrorismo André Woloszyn:

Por outro lado, é importante destacar, que a análise do comportamento e da estratégia extremista tem se caracterizado pela escolha de alvos onde não haja uma concentração de agentes de segurança ou mesmo estado de alerta direcionado para a proteção de pessoas ou instalações. Foi assim em 2001, nos EUA, seguido por Madri (2004) Londres (2005) e Paris (2015) pois tal concentração acarreta em dificuldades para uma aproximação em relação aos alvos e permite a identificação rápida de eventuais ameaças e consequente possibilidade de neutralização. Mas é preciso considerar, que estratégias podem mudar pois são dinâmicas e não se pode contar com a racionalidade dos extremistas, pois é um atributo que verdadeiramente não possuem, vendo apenas oportunidades para legitimar seu terror (WOLOSZYN, 2015b).

³⁰ Às vésperas dos Jogos, vídeos e mensagens de aliciamento do Estado Islâmico inundavam a internet incitando ataques de lobos solitários durante as Olimpíadas (MARTIN, 2016)

b) Grupos de Pressão, Movimentos Sociais e Grupos Paredistas:

Para Moutinho (2018), os grupos de pressão³¹ e os movimentos sociais se tornaram vetores de ameaça por conta do histórico de confrontos violentos contra forças policiais durante manifestações, cada vez mais frequentes, desde a Copa do Mundo em 2014. A violência era incitada, principalmente, pela infiltração de grupos denominados *Black Blocs*³² nas manifestações.

Por outro lado, o oficial explicou que os grupos paredistas eram as classes de aeroviários, rodoviários, agentes de segurança pública e segurança privada que, em seus movimentos reivindicatórios por melhorias trabalhistas e salariais, ameaçavam realizar greves e paralizações em serviços públicos durante os Jogos, comprometendo a mobilidade urbana e instaurando o caos.

c) Criminalidade Comum e Crime Organizado (narcotráfico, milícias e jogos ilegais):

Segundo Moutinho (2018), a criminalidade comum foi identificada como um vetor de ameaça pois a grande concentração de pessoas assistindo aos Jogos ou realizando turismo na cidade, aumentaria a possibilidade de ocorrência de furtos/assaltos, que poderiam atingir inclusive delegações de atletas e a família olímpica³³.

O entrevistado ressaltou que a política de pacificação adotada pelo estado do Rio de Janeiro, fez com que algumas facções criminosas perdessem território e iniciassem uma disputa violenta por mercados consumidores. Entretanto não foram observados confrontos durante a realização dos eventos anteriores na cidade. E, segundo ele, os levantamentos do

³¹ Grupo de Pressão é o conjunto de indivíduos que unidos por motivações comuns buscam, através do uso de sanções ou da ameaça do uso delas (sanções negativas – punições – ou positivas – prêmios) influenciar sobre as decisões que são tomadas pelo poder político, seja a fim de mudar a distribuição que prevalece de bens, serviços, honras e oportunidades, seja a fim de conservá-la frente às ameaças de outros grupos ou do próprio poder político.(DIAS, 2013). Nesse sentido, podemos enquadrar os Grupos Paredistas mencionados como Grupos de Pressão.

³² Os *Black Blocs* são indivíduos que se reúnem com a finalidade de protestar através de uma ação anarquista. O grupo age com violência e vandalismo, além do que os seus integrantes costumam usar máscara para preservar a identidade.

³³ Dentre várias ocorrências às vésperas dos Jogos, uma que chamou bastante atenção foi o assalto a mão armada de uma equipe de cinegrafistas que registrava o evento teste de ciclismo em novembro de 2015.

CGDA concluíram que durante os jogos, não haveria agressão entre as facções criminosas por conta da possibilidade de aumento de seus lucros em virtude do grande fluxo de turistas na cidade.

d) Incidentes Cibernéticos:

De acordo com Moutinho (2018), a ameaça com maior probabilidade de se concretizar era a de incidentes cibernéticos. Informações falsas, como alerta de bomba nas *venues*, críticas incitando a desordem em sites oficiais, além de vazamento de documentos classificados, poderiam gerar pânico aos espectadores, causando tumulto e confusão, e o esvaziamento do público em determinadas competições. Havia, ainda, a possibilidade colapso nos sistemas de controle e monitoramento.

e) Espectadores:

E como último vetor de ameaça, Moutinho (2018) citou o próprio público presente nas competições e eventos, em especial os locais conhecidos como *Live Sites*³⁴, onde a rivalidade entre torcidas poderiam causar tumultos e prejuízos à condução dos eventos.

4.3. Influência do GRO na tomada de decisão

A diversidade de cenários e a natureza dos vetores de ameaça tornaria o planejamento muito complexo, não fosse o GRO, que permitiria a priorização dos esforços dos Comandos de Defesa e Forças subordinadas.

Segundo Moutinho (2018), matrizes de risco foram confeccionadas relacionando a probabilidade de uma ameaça se concretizar, com o impacto sobre o objetivo da operação, que era “garantir a realização dos jogos em um ambiente seguro para atletas e expectadores”.

A Comissão Interescolar de Doutrina e Operações Conjuntas do MD esclarece sobre o GRO:

³⁴ *Live Sites* eram espaços para exibição pública de eventos olímpicos durante os JO Rio 2016. Os *Live Sites* são para a Olimpíada o que as *Fan Fest* são para a Copa do Mundo.

Oportunidades e ameaças estarão, intimamente, relacionadas com a elaboração de Linhas de Ação (LA) em prol da conquista dos objetivos estabelecidos para uma determinada campanha ou operação militar, cabendo ao comandante e ao seu EM avaliarem a relação custo-benefício desses elementos.

Dessa forma, os riscos operacionais, aqui conceituados como uma combinação de probabilidade e de gravidade dos potenciais danos ao andamento de uma operação, estarão associados à existência de perigos ou ameaças decorrentes de ações adversas advindas das possibilidades do oponente, fatores ambientais e demais incertezas da campanha. Como tais incertezas são uma condição presente, em maior ou menor grau, em todos os níveis de decisão, pode-se afirmar que, em uma campanha, qualquer decisão envolverá riscos [...] pode-se dizer que o GRO possui forte componente intuitivo e de subjetividade nas análises, o processo de avaliação de riscos e sua aceitabilidade, dentro de um planejamento operacional, constituem-se muito mais em arte do que em ciência. (BRASIL, 2018. p.7)

Cada um dos Comandos da Força Conjunta conduziu seus próprios GRO, levando em consideração as suas áreas de operação e níveis de decisão envolvidos, operacional ou tático

4.3.1. Resultado da matriz de GRO do CGDA Rio (COpCj)

De acordo com Moutinho (2018), para o CGDA, as maiores ameaças para os JO 2016 tendiam a ser as manifestações realizadas nos dias que antecedem a cerimônia de abertura e encerramento, por serem os dias de maior exposição na mídia. Entretanto, aquele coordenador considerava que a PMERJ reunia condições para fazer frente às manifestações, reduzindo, sensivelmente, a possibilidade de emprego das Forças Armadas.

O oficial observou ainda, que o CGDA via como pouco provável as ações violentas do crime organizado durante o evento, da mesma forma que atentados associados a grupos terroristas internacionais. Por outro lado, existiria a possibilidade de atuação de lobos solitários, apesar de não haver indícios de ataques a estruturas olímpicas ou instalações estratégicas.

Por fim, Moutinho (2018) elucidou que o CGDA considerava que a maior probabilidade de emprego da FA advinha da possível insuficiência nos meios de segurança privada e de um decorrente esgotamento dos recursos da FNSP, devido ao seu reduzido efetivo.

Dessa forma, é possível concluir que o CGDA pretendia concentrar seus esforços na manutenção das tarefas subsidiárias de cada uma das forças singulares, bem como na

manutenção de tropas em condição de reagir, mediante ordem e de forma episódica, a situações de esgotamento dos OSP, não justificando dimensionar a quantidade de meios para o enfrentamento direto dos vetores de ameaça.

4.3.2. Resultado da matriz de GRO do CDSCOP (FNC):

Segundo Moutinho (2018), o CGDA delegou ao CDS Copacabana a responsabilidade de coordenar os meios envolvidos nas ações marítimas e fluviais por conta das especificidades das atividades, deixando a seu critério as necessidades de emprego de meios.

O oficial afirmou ainda, que o CDSCOP conduziu seu planejamento considerando como ameaças os ataques de Lobos Solitários às instalações estratégicas, às *venues* e aos locais de grande concentração de pessoas, todos localizados em terra. Também considerou ataques cibernéticos aos sistemas de monitoramento e meios de comunicação, a atuação de criminosos comuns no entorno das *venues* e nos *Live Sites*, bem como as manifestações, movimentos grevistas e operações padrão³⁵, principalmente nos dias que antecedem as cerimônias de abertura e encerramento.

Por outro lado, conforme apresentado no Capítulo 2, a Polícia Marítima, como OSP responsável pela segurança das “instalações de competição” no mar, desde o início do planejamento manifestou não possuir meios suficientes e solicitou apoio à MB.

Para Moutinho, a análise da sua matriz de risco levou o CDSCOP a determinar que o GTMAR concentrasse seus esforços no Controle do tráfego aquaviário dentro das áreas de interesse para a segurança dos jogos, além de manter meios em condição de realizar a contingência dos OSP dentro instalações de competição situadas nas águas marítimas e águas

³⁵ Operação padrão. Análogo a operação-tartaruga. Operação de greve cujo objetivo consiste em paralisar a carga horária de trabalho de maneira gradual até cessá-la definitivamente. *Online*. (Disponível em < <https://www.dicio.com.br/operacao-padrao/> > Acesso em: 21 julho de 2018).

interiores do *cluster* Copacabana. O GTAMAR também deveria ter capacidade para prover o apoio de transporte e logístico ao GT Terrestre para a ocupação, permanência e retirada dos meios e pessoal envolvidos na proteção do Sítio de Antenas de Radiodifusão da Ilha Rasa.

É possível concluir que o CDESCOP conduziu seu planejamento considerando a alta probabilidade de assumir as funções de OSP na segurança interna e externa das raias de competição no mar, desde o início dos jogos.

4.3.3. Resultado da matriz GRO do GTMAR

De acordo com Pereira (2018), o GTMAR, apesar da avaliação de ameaças apresentada pelo CDSCOP ter sugerido que os vetores de ameaça atuariam basicamente em ambiente terrestre, optou por considerar a possibilidade desses vetores atuarem também pela via marítima em virtude da grande possibilidade de assumir as funções de OSP dentro das raias de competição.

Aquele oficial afirmou que, a matriz de risco do GTMAR identificava como provável a ocorrência de ações pelo meio marítimo, configurando um risco elevado para a segurança do evento. Dessa forma, foram incluídas diversas possibilidades de atuação dos vetores de ameaça, como por exemplo:

- i. lobos solitários atacando áreas de realização de maratonas aquáticas utilizando motos aquáticas;
- ii. embarcações de grupos de pressão, como o Greenpeace, realizando manifestações na orla;
- iii. ações terroristas de tomada e lançamento de navios de grande porte (mercantes, barcas Rio- Niterói, etc.) em direção aos locais de competição;
- iv. nadadores não autorizados interferindo nas raias de competição com o uso de caiaques e *stand-up paddles*; e

- v. atentados às barcas Rio-Niterói com o uso de lanchas de deslocamento rápido.

Podemos observar que o GTMAR, ao aumentar o esforço dos meios para cobrir as funções de OSP, considerou também que seria necessário elevar o risco das ameaças levantadas.

E é da opinião deste autor que, nesse ponto, tenha ocorrido uma distorção na interpretação da Matriz de GRO.

4.4. Análise sobre a matriz de GRO do GTMAR

Em virtude das divergências encontradas entre as matrizes de risco do GTMAR e dos escalões superiores, é pertinente realizar uma breve análise sobre a decisão daquele comando em potencializar os vetores de ameaça levantados, considerando a possibilidade de atuarem nas vias aquaviárias.

4.4.1. O terrorismo por via marítima

A potencialidade de ataques terroristas no mar, e através do mar, é um assunto controverso que divide a opinião de especialistas por todo o mundo. Diversos organismos internacionais, públicos e privados, se dedicam ao estudo da segurança marítima e das possibilidades de organizações terroristas migrarem suas ações para o ambiente marítimo, ainda pouco explorado por elas, pelo menos no que se refere a alvos de atentados.

Para Carafano (2007), a utilização de embarcações menores em ataques terroristas é viável pois teria as mesmas necessidades de planejamento e logísticas, bem como os mesmos alvos e objetivos que um atentado em terra ou em um avião, sejam aglomerações de pessoas, eventos públicos, instalações importantes. Entretanto, ressalta que o ambiente marítimo exige mais conhecimentos técnicos e confere maior imprevisibilidade, adicionando dificuldade à execução dos ataques e afetando significativamente a conveniência de empregar o método de ataque com pequenos barcos.

O almirante Stavridis (2017) demonstra preocupação maior com o potencial de atentados utilizando embarcações de grande porte, propondo dois exemplos de possíveis atentados. O primeiro seria utilizar um navio porta contêineres para introduzir um artefato de destruição em massa em um porto importante. O segundo seria a infiltração de terroristas em um navio de cruzeiros a fim de sequestrá-lo.

Entretanto, Asal e Hastings (2014) afirmam que ataques terroristas contra alvos marítimos são muito raros. Segundo eles, o Banco de dados Mundial de Terrorismo (Global Terrorism Databank - GTD) registra apenas 199 dos 98.000 ataques em 40 anos, o que representa menos de 0,2% do total. E que ainda mais raros são os ataques a alvos na água, onde os terroristas precisam ter alguma capacidade marítima para alcançar seus alvos.

Os grupos terroristas costumam ser relativamente conservadores em sua escolha de estratégia, tática e metas, e atacar uma meta marítima está fora de sua competência logística e de treinamento. Combinar ataques em terra envolvendo um carro-bomba, um colete suicida ou até mesmo uma emboscada em massa com armas de pequeno porte faz parte do repertório terrorista (e, portanto, parte do treinamento padrão para grupos terroristas). Atacar um alvo no mar, no entanto, requer materiais – como barcos, grandes quantidades de combustível (se o alvo estiver longe da terra), possivelmente equipamento de navegação e navegação – e treinamento – como navegação marítima e operações de navios – que não são necessariamente amplamente conhecidos entre os grupos terroristas tradicionais. (ASAL, HASTINGS, 2014. p.1. tradução nossa³⁶)

Os dois pesquisadores citados ainda associam a busca por atos de terrorismo marítimo aos grupos extremistas grandes e bem organizados com ligações a outros crimes transnacionais, como tráfico de drogas e pirataria.

Entretanto, Carafano (2007) afirma que, apesar de navios petroleiros ou de transporte de materiais perigosos parecerem oportunidade tentadoras de causar efeitos

³⁶ Original no idioma inglês – “Terrorist groups are often relatively conservative in their choice of strategy, tactics, and targets, and attacking a seaborne target is outside their logistical and training competence. Putting together attacks on land involving a car bomb, a suicide vest, or even a massed ambush with small arms have long been part of the terrorist repertoire (and thus part of the standard training for terrorist groups). Attacking a target at sea, however, requires materials – such as boats, large quantities of fuel (if the target is far from land), possibly seaworthy communications and navigation equipment – and training — such as maritime navigation and ship operations – that are not necessarily widely known among traditional terrorist groups.”

espetaculares e catastróficos, há indícios, a partir de material na Internet, de que os principais grupos terroristas desconsideram essas opções por duvidarem dos seus reais efeitos.

Carafano (2007) também aponta que grandes eventos únicos, [como mundiais esportivos], são alvos menos visados. A segurança adicional inerente a este tipo de evento, e o pouco tempo disponível para observação de procedimentos e rotinas, conferem grande imprevisibilidade. Observa também que ataques a esses tipos de concentração pública são mais atraentes para lobos solitário, que podem não avaliar os riscos e benefícios de operações menos bem planejadas com tanto cuidado.

É do entendimento deste autor que, em não havendo conhecimentos de inteligência que indicassem o contrário, um atentado terrorista por via marítima durante os JO rio 2016, mesmo associado a um lobo solitário, seria pouco provável.

Portanto, uma avaliação precisa do risco de um atentado terrorista influenciaria diretamente na decisão sobre a quantidade de meios empregados na proteção da área de interesse, reduzindo, por exemplo, a necessidade de utilizar um maior número de embarcações como barreiras físicas ou na vigilância de setores muito extensos.

4.4.2. Manifestações no mar

Protestos e manifestações em vias marítimas também são raros. As dificuldades inerentes ao meio ambiente e os elevados custos de colocar barcos na água podem ser fatores que desencorajam este tipo de movimento.

Por outro lado, em 2015, houve uma manifestação com cerca de cento e quarenta barcos pesqueiros que bloquearam o canal do porto de Itajaí, em protesto contra uma decisão do Ministério do Meio Ambiente que impedia a pesca de mais de noventa espécies consideradas ameaçadas de extinção (OLIVEIRA, 2015).

Mais recentemente, em maio de 2018, ao menos 16 embarcações de pesca bloquearam, por algumas horas, o canal de navegação do Porto de Santos em um protesto de adesão à paralisação dos caminhoneiros autônomos que ocorria no país, reivindicando a redução dos valores cobrados pelos combustíveis (PIMENTEL, 2018).

Como todas as manifestações sociais e de grupos de pressão na atualidade, ambos os protestos foram amplamente divulgados em redes sociais.

Dessa forma, pode-se deduzir que a possibilidade de manifestações inesperadas por via marítima seria remota, e qualquer indício de movimento nesse sentido poderia ser monitorado previamente pelos OSP e pelo CDSCOP. E o conhecimento prévio deste tipo de manifestação permitiria ações direcionadas, entretanto, utilizando menos meios e de forma mais eficiente.

4.4.3. A comunidade marítima, os curiosos e os desavisados

Marcon³⁷ (2018) observou que, uma das tarefas atribuídas à CPRJ foi a de ordenar o tráfego aquaviário na área marítima onde seriam realizadas as competições de vela e de maratona aquática. Esse ordenamento incluía a interdição das áreas à navegação durante os períodos de treinos e de provas, bem como o fechamento do canal de acesso ao porto do Rio de Janeiro.

Segundo ele, uma longa campanha de informação e conscientização da comunidade marítima, foi iniciada seis meses antes do início do evento. Foram conduzidas reuniões com a autoridade portuária, praticagem, armadores e empresários, e também palestras, visitas a iates clubes e colônias de pescadores, divulgados informativos na mídia e distribuídos panfletos durante ações de Inspeção naval.

³⁷ O Capitão de Corveta Pedro Leonardo Marcon foi encarregado da seção de Operações e da UT Esparta, subordinada ao GTMAR durante as Olimpíadas. Entrevista constante no Apêndice E.

Entretanto, para o Marcon (2018), os “desavisados” e “curiosos” que desrespeitavam os limites de navegação nos horários determinados, juntamente com algumas embarcações sinistradas ou com algum tipo de emergência médica e que necessitavam acessar a baía de Guanabara foram, praticamente, as principais preocupações do GTMAR.

Para este autor, compreender e identificar precisamente as ameaças permitiria estimar melhor a quantidade de meios necessários, e principalmente o tipo de meios a serem empregados.

Por exemplo, utilizar um NPa 200t para interceptar e conduzir pequenas embarcações de esporte e lazer embarcações não autorizadas para fora das áreas de interesse seria inviável pelo porte do navio, que poderia comprometer o desenvolvimento da competição e a segurança dos atletas e equipes. De forma que os meios mais adequados para essa atividade seriam ECSR de médio a grande porte.

5. CONCLUSÃO

O sucesso dos Jogos Pan-americanos em 2007 motivou o Brasil a se candidatar a cidade sede dos Jogos Olímpicos de 2016. A partir daquele ano, o Brasil recebeu uma sequência de Grandes Eventos que permitiu ao país aprimorar um modelo de Segurança Integrada reconhecido internacionalmente. Entretanto, os nove anos de experiência não foram suficientes para evitar que as Forças Armadas fossem utilizadas ostensivamente na segurança das Olimpíadas. A crise econômica e política no país levou ao decreto de intervenção militar para Garantia da Lei e da Ordem na cidade do Rio de Janeiro durante os jogos olímpicos.

O Ministério da Defesa conduziu uma operação conjunta de nível nacional, na qual a Marinha do Brasil teve um papel de suma importância, integrando as forças de segurança na cidade olímpica. Por outro lado, pode-se afirmar que foi a primeira vez, desde a criação do Ministério da Defesa, em que uma Força Naval Componente foi empregada efetivamente, em um ambiente interagências, como contingência de órgãos de segurança pública. Tal ineditismo, naturalmente, concorreu para que ocorressem acertos e erros no planejamento e na execução.

Até a Copa do Mundo 2014, Marinha, Exército e Força Aérea, apesar de estarem sendo empregados em uma estrutura operacional conjunta, atuaram basicamente em atividades referentes a suas respectivas atribuições subsidiárias, permanecendo em condições de atuar como força de contingência dos órgãos de segurança pública em casos de esgotamento de recursos. Entretanto, durante as Olimpíadas 2016, ao ser decretada intervenção federal para garantia da lei e da ordem na cidade do Rio de Janeiro, as Forças Armadas tiveram um papel muito mais ostensivo, realizando atividades de segurança pública e mesmo de ordenamento urbano.

Antes de 2016, a Força Naval Componente, subordinada ao Coordenador de defesa do Rio de Janeiro, vinha sendo dimensionada e organizada para cumprir atividades relacionadas

à segurança do tráfego aquaviário e à salvaguarda da vida humana no mar. Atividades essas que a Marinha detém competência técnica e material para executar.

Por outro lado, durante as Olimpíadas 2016, o CDS Copacabana assumiu a tarefa de realizar a segurança das instalações de competição localizadas no mar. Dessa forma, O GTMAR foi empregado em contingência à Polícia Marítima, que alegou não possuir os meios necessários para cobrir toda a área.

A necessidade de realizar a segurança das raias de regata, maratona aquática, remo e canoagem, naturalmente, levou à atribuição de mais tarefas ao GTMAR, justificando assim um aumento da quantidade de meios a serem empregados. Entretanto, juntamente com o acréscimo de embarcações de pequeno porte, como botes, lanchas e avisos, observou-se também um acréscimo significativo de navios de grande porte, como fragatas e corvetas.

A segurança aproximada das áreas de competição não justificou a inclusão de navios de grande porte no planejamento, por estes não serem adequados à tarefa. Os meios mais adequados seriam ECSR, LAEP, AviPas e NPa, já no limite da segurança e manobrabilidade.

Também, a responsabilidade, quase que integral, pela segurança daquelas instalações, concorreu para que as ameaças levantadas fossem superestimadas. O GTMAR, em sua análise de riscos, avaliou que seria necessário empregar navios maiores a fim de compor uma defesa em profundidade em contraposição a atentados terroristas, manifestações e qualquer outro tipo de ameaça proveniente do mar.

Entretanto, uma análise mais aprofundada dos cenários de risco e das ameaças esperadas, correlacionando tais ameaças com a missão do GTMAR, permitiu observar que a linha de ação de se utilizar navios de grande porte na defesa em profundidade do espaço restrito das raias de competição, também não era adequado.

Este autor deduz que, como não se possuía conhecimentos de inteligência que indicassem a possibilidade de ataques às instalações, optou-se por estabelecer barreiras físicas

à aproximação qualquer tipo de vetor. E, em virtude da extensão da área a ser protegida, esta opção levou a uma desproporcionalidade de força, atentando contra o princípio da economicidade de meios.

Por outro lado, durante as olimpíadas, ocorreu um fato que não havia sido previsto na fase de planejamento. A grande demanda por navios para realizar socorro e salvamento marítimos, bem como outras atividades de responsabilidade do Com1DN. O destaque recorrente meios adjudicados ao GTMAR para o cumprimento de SAR, causou por vezes, o desguarnecimento das raías e foi a principal causa de alterações do planejamento durante o controle das operações. Além de inviabilizar o revezamento das unidades, o que aumentou o desgaste de navios e tripulações ao longo dos sessenta e cinco dias de guarnecimento

De acordo com as análises feitas ao longo deste trabalho, o autor considera que, operações de inteligência com objetivo de identificar as ameaças concretas, seriam muito mais eficientes que o emprego de navios como barreiras físicas, pois permitiriam ações pontuais que acarretariam no emprego mais judicioso de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais.

Caso o planejamento tivesse contado com o emprego mais judicioso dos meios, menos unidades seriam adjudicadas ao GTMAR, permitindo que se mantivessem disponíveis navios dedicados ao serviço de socorro e salvamento distrital. Dessa forma, não haveria a necessidade de se interferir nas operações de segurança da Olimpíada.

Lembrando que, em uma época de restrições orçamentárias, a economia de meios, e os esforços para se mitigar a degradação do material, são de suma importância, não só para a Marinha, como também para a sociedade como um todo.

Que estas considerações permitam o aprimoramento dos planejamentos futuros, de forma que os escassos recursos que a Marinha disponibiliza, possam ser empregados de forma cada vez mais econômica e com maior eficiência.

REFERÊNCIAS

ARIAS, Juan. É possível ocorrer um ataque terrorista nas Olimpíadas do Rio? El País. Rio de Janeiro. 19 nov. 2015. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/18/opinion/1447868929_483828.html. > Acesso em: 27 jun. 2018.

ASAL, Victor; HASTINGS, Justin V. Terror at Sea: Exploring Maritime Targeting by Terrorist Organizations. *Piracy-studies.org*. sept. 16. 2014. Disponível em: <[http://piracy-studies.org/terror-at-sea-exploring-maritime-targeting-by-terrorist-organizaio ns/](http://piracy-studies.org/terror-at-sea-exploring-maritime-targeting-by-terrorist-organizaio%20ns/)>. Acesso em: 15 jun. 2018.

BRASIL. Autoridade Pública Olímpica – APO. Dossiê de candidatura para sediar os jogos olímpicos de 2016. Brasília: ABIN, 2009a. 3v. Disponível em: <<http://www.apo.gov.br/index.php/matriz/a-matriz-e-o-dossie-de-candidatura/>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

_____. Congresso Nacional. Lei Complementar N° 97 de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização Brasília. 1999. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm>. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. Congresso Nacional. Lei n° 12.035, de 1° de outubro de 2009. Institui o Ato Olímpico... . Brasília. 2009b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/ato2007-2010/2009/lei/112035.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

_____. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil, 1988. Brasília. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. Ministério da Cultura – MC. Fundação Casa de Rui Barbosa. Projeto Preservação da Memória das Olimpíadas: processos e ações. Brasília. 2014a. Disponível em: <<http://memoriadasolimpiadas.rb.gov.br/apresentacao.htm>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

_____. Ministério da Defesa – MD. MD30-M-01, Doutrina de Operações Conjuntas. Brasília. 2011a. 3v.

_____. Ministério da Defesa – MD. MD33-M-12, Manual de operações interagências. 2 ed. Brasília. 2017a. 72p.

_____. Ministério da Defesa – MD. MD35-G-01, Glossário das Forças Armadas. Brasília. 2007. 274p.

_____. Ministério da Defesa – MD. Nota Escolar n° 002 - Gerenciamento do risco operacional (GRO) nas operações conjuntas. 4ª ed. Comissão Interescolar de Doutrina De Operações Conjuntas – CIDOC. Brasília. 2018. 16 p.

_____. Ministério da Defesa – MD. Para Defesa, maior legado da Copa 2014 é a integração na área de segurança. *Sítio oficial do MD*. Brasília. 2014b. Disponível em: <<http://www.defesa.gov.br/noticias/13160-para-defesa-maior-legado-da-copa-2014-e-a-integracao-na-area-de-seguranca>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

_____. Ministério da Defesa – MD. Portaria Normativa nº 2.221 de 20 de agosto de 2012. Aprova a Diretriz Ministerial que estabelece orientações para a atuação do Ministério da Defesa nas atividades compreendidas nos Grandes Eventos Brasília. 2012a. disponível em: < https://defesa.gov.br/arquivos/File/legislacao/emcfa/portarias/2221_2012.pdf >. Acesso em: 19 jun. 2018.

_____. Ministério da Defesa – MD. Portaria Normativa nº 1.679/2015. alterou o texto do Anexo da Portaria Normativa nº 232/MD... . Brasília. 2015a. Disponível em: < https://portal.datalegis.inf.br/resenha.php?periodo=2015-08-12&COD_ORGAO_SUPERIOR=70> Acesso em: 19 jun. 2018

_____. Ministério da Defesa – MD. Portaria Normativa nº 232/MD, de 30 de janeiro de 2015. Aprovava a Diretriz Ministerial que estabelece as orientações ... Brasília. 2015b. Disponível em: < https://portal.datalegis.inf.br/resenha.php?periodo=2015-08-12&COD_ORGAO_SUPERIOR=70> Acesso em: 19 jun. 2018

_____. Ministério da Justiça – MJ. Integração será maior legado da segurança pública na Copa. *Sítio oficial do MJ*. Brasília. 2014c. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/noticias/integracao-sera-o-maior-legado-da-seguranca-publica-na-copa-diz-ministro>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

_____. Ministério da Justiça – MJ. Portaria Interministerial Nº 1.678, de 30 de setembro de 2015. Aprova o Plano Estratégico de Segurança Integrada para os Jogos Olímpicos e Brasília. 2015c. Disponível em:< <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2015/10/09>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. Ministério da Justiça – MJ. Portaria Nº 1.821, de 13 de outubro de 2006. Aprova o Regimento Interno da Secretaria Nacional de Segurança Pública – SENASP. Brasília. 2006. Disponível em: < <http://justica.gov.br/Acesso/anexos-institucional/ri-secretaria-nacional-de-seguranca-publica-senasp.pdf> >. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. Ministério da Justiça – MJ. Portaria Nº 2.164, 30 de setembro de 2011. Aprova o Regimento Interno da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos. Brasília. 2011b. Disponível em: <<http://www.justica.gov.br/Acesso/anexos-institucional/ri-secretaria-extraordinaria-de-seguranca-para-grandes-eventos-sesge.pdf>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. Ministério da Justiça – MJ. Secretaria Especial De Segurança Para Grandes Eventos – SESGE. Relatório de gestão do exercício de 2015. Brasília, 2015d. Disponível em < http://www.justica.gov.br/Acesso/auditorias/arquivos_auditoria/secretaria-de-grandes-eventos-sesge/relatoriogestao-2015-sesge.pdf/view>. Acesso em: 29 de junho de 2018.

_____. Ministério da Justiça – MJ. Secretaria Especial de Segurança Para Grandes Eventos – SESGE. Relatório de gestão do exercício de 2016. Brasília. 2017b. Disponível em: < http://justica.gov.br/Acesso/auditorias/arquivos_auditoria/secretaria-executiva/se-2016-relat-oriogestao.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018.

_____. Ministério da Justiça – MJ. Secretaria Extraordinária de Segurança Para Grandes Eventos – SESGE. Portaria nº 112, de 8 de maio de 2013. Institui o Sistema Integrado de Comando e Controle... . Brasília. 2013. Disponível em. < <https://www.jusbrasil.com.br/diarios/DOU/2013/05/13>>. Acesso em: 29 nov. 2018.

_____. Presidência da República. Decreto de 24 de agosto de 2016. Alterava o Decreto de 8 de agosto de 2016. Brasília, 2016a. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Dsn/Dsn14405.htm >. Acesso em: 29 nov. 2018.

_____. Presidência da República. Decreto de 8 de agosto de 2016. Amplia e sistematiza as determinações presidenciais de emprego das Forças Armadas para garantia da lei e da ordem nos jogos olímpicos e paraolímpicos rio 2016. Brasília, 2016b. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Dsn/Dsn14401.htm >. Acesso em: 29 nov. 2018.

_____. Presidência da República. Decreto nº 5.289 de 29 de novembro de 2004. Disciplina a organização e o funcionamento da administração pública federal... . Brasília. 2004. Disponível em < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Ato20042006/2004/Decreto/D5289.htm > Acesso em: 03 jul. 2018.

_____. Presidência da República. Decreto nº 6.869, de 4 de junho de 2009. Dispõe sobre a coordenação e articulação dos órgãos federais... . Brasília. 2009c. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2007-2010/2009/Decreto/D6869.htm>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

_____. Presidência da República. Decreto Nº 7.538, de 1º de agosto de 2011. Altera o Decreto no 6.061, de 15 de março de 2007... . Brasília. 2011c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7538.htm>. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. Presidência da República. Decreto Nº 7.682, de 28 de fevereiro de 2012. Altera o Decreto no 7.538, de 1º de agosto de 2011... . Brasília. 2012b. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil03/Ato2011-2014/2012/Decreto/D7682.htm>>. Acesso em: 29 jun. 2018.

_____. Presidência da República. Plano estratégico de segurança integrada para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016 – PESI Rio 2016. Brasília: ABIN, 2015e. 81 p.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM/PR. Comando-Geral de Defesa testa controle para maratona olímpica. *Sítio oficial do Governo do Brasil*. Brasília. 2016c. Disponível em < <http://www.brasil.gov.br/>

editoria/esporte/2016/04/comando-geral-de-defesa-testa-controle-para-maratona-olimpica >. Acesso em 29 de junho de 2018.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM/PR. Conheça a trajetória da Candidatura do rio de janeiro para os Jogos Olímpicos de 2016. *Sítio oficial do Governo do Brasil*. Brasília. [2014d]. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/editoria/esporte/2014/08/especial-conheca-a-trajetoria-da-candidatura-do-rio-de-janeiro-para-os-jogos-olimpicos-de-2016>> Acesso em: 19 jun. 2018.

_____. Secretaria Especial de Comunicação Social – SECOM/PR. Atuação das Forças Armadas nos Jogos Rio 2016 foi positiva, diz ministro da Defesa. *Sítio Oficial do Governo do Brasil*. Brasília. 2016d. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/editoria/seguranca-e-justica/2016/09/atuacao-das-forcas-armadas-nos-jogos-rio-2016-foi-positiva-diz-ministro-da-defesa> >. Acesso em: 19 jun. 2018.

_____. Secretaria Especial de Comunicação Social da Presidência da República – SECOM/PR. Sedes do Futebol. *Sítio oficial da Rede Nacional do Esporte*. Brasília. [2014e]. Disponível em: <<http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/megaeventos/olimpiadas/instalacoes/outrascidades>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

CARAFANO, James Jay. Small Boats, Big Worries: Thwarting Terrorist Attacks from the Sea. *Backgrounder*. ed. 2014. Washington, DC: The heritage Foundation. jun.11. 2007. 8 p. Disponível em:<<https://www.heritage.org/homeland-security/report/small-boats-big-worries-thwarting-terrorist-attacks-the-sea>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

CONGRESSO em foco. Fraga propõe greve de policiais nas Olimpíadas. Brasília. 29 jun. 2016. Disponível em: < <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/fraga-propoe-greve-de-policiais-nas-olimpiadas/>>. Acesso em: 30 jun.2018.

DELMAZO, Carol. “É um marco histórico”, diz diretor do Rio 2016 na entrega dos planos de segurança. *Sítio oficial da Rede Nacional do Esporte*. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: < <http://www.brasil2016.gov.br/pt-br/noticias/2016-um-marco-na-historia-dos-jogos-2016-diz-diretor-do-rio-2016-na-entrega-dos-planos-de-seguranca> >. Acesso em: 24 jul. 2018.

DIAS, Reinaldo. *Ciência Política*. 2 ed. ver. e amp. São Paulo: Atlas, 2013. 313 p.

DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Operação Padrão. Online. Disponível em < <https://www.dicio.com.br/operacao-padrao/>> Acesso em: 21 julho de 2018.

DUARTE, Vânia Maria do Nascimento. Jogos Paralímpicos ou Jogos Paraolímpicos? *Sítio do Brasil Escola*. [2015]. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/gramatica/jogos-paralimpicos-ou-jogos-paraolimpicos.htm>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

EMPRESA BRASIL DE COMUNICAÇÃO – EBC. Agência Brasil. Esquema de segurança de evento-teste olímpico é... . Brasília. 07 ago. 2014. Disponível em: < <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2014-08/esquema-de-seguranca-de-evento-teste-olimpico-e-baseado-em-acoes-feitas-na>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

ÉPOCA. O zika vai atrapalhar as Olimpíadas? Rio de Janeiro. 01 jun. 2016. Disponível em: < <https://epoca.globo.com/tempo/noticia/2016/02/o-zika-vai-atrapalhar-olimpiadas.html>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Termina greve da Polícia Militar de Pernambuco. Recife. 15 maio 2014. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2014/05/1455142-termina-greve-da-policia-militar-de-pernambuco.shtml>> Acesso em: 14 de julho de 2018.

FOLHA DE SÃO PAULO. Violência segue alta na Bahia após fim de greve da polícia. Salvador. 21 abr. 2014. Disponível em: < <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2014/04/1443266-violencia-segue-alta-na-bahia-apos-fim-de-greve-da-policia.shtml>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

G1. Com mais de 20 protestos, 1ª semana de Copa tem 180 detidos em atos. Rio de Janeiro. 16 jun. 2014. Disponível em: < <http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/06/com-mais-de-20-protestos-1-semana-de-copa-tem-180-detidos-em-atos.html> >. Acesso em: 14 jul. 2018.

GLENS, Mathias Vaiano. O que é um lobo solitário? *Sítio do www.PsiBR*. 2017. Disponível em <<https://psibr.com.br/colunas/mathias-glens/o-que-e-um-lobo-solitario-parte-1>>. Acesso em: 24 jul. 2018.

HEIN, Robert N. Terrorists on the Ocean: Sea Monsters of the 21st Century. *Center for International Maritime Security - CIMSEC*. abr 18. 2016. Disponível em: < <http://cimsec.org/terrorists-oceansea-monsters-21st-century/24269>> Acesso em: 15 jun. 2018.

JORNAL DO BRASIL. Retrospectiva 2014: manifestações na Copa do Mundo – Relembre o movimento 'Não Vai Ter Copa'. Rio de Janeiro. 28 dez. 2014. Disponível em: < <http://www.jb.com.br/rio/noticias/2014/12/28/retrospectiva-2014-manifestacoes-na-copa-do-mundo/> >. Acesso em: 14 jul. 2018.

JÚNIOR, Carlos A. Costa. Rio de Janeiro, 20 de junho. 2018. Entrevista concedida a Daniel Martins Franco.

KONCHINSKI, Vinicius. Equipe de vídeo de Prefeitura é assaltada em teste olímpico de ciclismo. *UOL Notícias*. Rio de Janeiro. 19 nov. 2015. Disponível em: < <https://olimpiadas.uol.com.br/noticias/2015/08/16/equipe-de-video-de-prefeitura-e-assaltada-em-teste-olimpico-de-ciclismo.htm>>. Acesso em: 05 jul. 2018.

LEITÃO, Mírian. Tensão internacional aumenta a preocupação com a Olimpíada. *O Globo*. Rio de Janeiro. 18 jul. 2016. Disponível em < <https://blogs.oglobo.globo.com/miriam-leitao/post/tensao-internacional-aumenta-preocupacao-com-olimpiada.html>>. Acesso em: 30 jun. 2018.

LUFT, Gal; KORIN, Anne. Terrorism Goes to Sea. *Foreign Affairs*. nov/dec 2004. Institute for the Analysis of Global Security (IAGS). 2004. Disponível em: < <http://www.iags.org/fa2004.html>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

MARCON, Pedro Leonardo. Rio de Janeiro, 22 de junho. 2018. Entrevista concedida a Daniel Martins Franco.

MARINHA DO BRASIL – MB. Comando do 1º Distrito Naval – Com1ºDN. *Marinha do Brasil nos Jogos Rio 2016. Sítio oficial do Com1ºDN*. Rio de Janeiro. 2016. Disponível em: < <https://www.marinha.mil.br/com1dn/noticias-rio-2016> >. Acesso em: 19 jun. 2018.

MARTIN, Maria. Com drones ou veneno, os conselhos do Estado Islâmico para atacar o Rio. *El País*. Rio de Janeiro. 22 jul. 2016. Disponível em: < https://brasil.Elpais.com/brasil/2016/07/21/deportes/1469111956_366047.html >. Acesso em: 05 jul. 2018.

MOUTINHO, Rafael. Rio de Janeiro, 23 de junho. 2018. Entrevista concedida a Daniel Martins Franco.

OLIVEIRA, Renan Antunes de. Em protesto, barcos pesqueiros bloqueiam porto em SC. *UOL Notícias*. Florianópolis. 05 jan. 2015. Disponível em: < <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2015/01/05/em-protesto-barcos-pesqueiros-bloqueiam-entrada-e-saida-de-porto-em-sc.htm> >. Acesso em: 22 jul. 2018.

PEREIRA, André Martins. Rio de Janeiro, 25 de junho. 2018. Entrevista concedida a Daniel Martins Franco.

PIMENTEL, José Cláudio. Embarcações de pesca bloqueiam canal de navegação do Porto de Santos, SP. *GI*. Santos. 24 maio 2018. Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/santos-regiao/porto-mar/noticia/embarcacoes-de-pesca-bloqueiam-canal-de-navegacao-do-porto-de-santos-sp.ghtml> >. Acesso em: 22 jul. 2018.

POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – PMERJ. Esquema de policiamento do Réveillon 2015-2016. *Sítio Oficial da PMERJ*. Rio de Janeiro. 30 dez. 2015. Disponível em: < <http://www.pmerj.rj.gov.br/2015/12/esquema-de-policiamento-do-reveillon-2015-2016/> >. Acesso em: 30 jun. 2018.

_____. Esquema de policiamento do Carnaval 2016. *Sítio Oficial da PMERJ*. Rio de Janeiro. 05 fev. 2016. Disponível em < <http://www.pmerj.rj.gov.br/2016/02/esquema-de-policiamento-do-carnaval-2016-vai-contar-com-15-464-policiais-militares-em-todo-o-estado-2/> > Acesso em: 30 jun. 2018.

PUFF, Jefferson. 4 motivos que levaram o Rio a decretar estado de calamidade pública. *BBC Brasil*. Rio de Janeiro. 18 jun. 2016a. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36566996> >. Acesso em: 30 jun. 2018.

_____, Jefferson. Rio 2016: Problemas com Força Nacional 'ainda comprometem' segurança dos Jogos. *BBC Brasil*. Rio de Janeiro. 16 jul. 2016b. Disponível em: < <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-36814834> >. Acesso em: 30 jun. 2018

_____, Jefferson. UPP da Maré só será prioridade na Olimpíada, diz analista após morte de militar. *BBC Brasil*. Rio de Janeiro. 2 dez. 2014. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/12/141201upp_mare_jp_rm> Acesso em: 30 jun. 2018.

REVISTA DELEGADOS FEDERAIS. Secretaria de Segurança para Grandes Eventos encerra atividades com méritos. *Associação Nacional de Delegados De Polícia Federal (ADPF)*. Brasília. n°3, p. 10-11, out/nov/dez. 2017. Disponível em <<http://adpf.org.br/linhadireta/2018/Revista/revista-ed3-Web.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2018.

STAVRIDIS, James. Is the U.S. Getting Outmaneuvered at Sea? *The Cipher Brief*. [s.l.] jun 30. 2017. Disponível em: < https://www.thecipherbrief.com/column/state-of-play/is-the-u-s-getting-outmaneuvered-at-sea?utm_source=Aggregators&utm_campaign=28c6703460-EMAIL_CAMPAIGN_2017_06_30&utm_medium=email&utm_term=0_b02a5f1344-28c6703460-122460921>. Acesso em: 15 jun. 2018.

STORANI, Paulo; PUFF, Jefferson. Cinco questões de segurança que o Rio precisa resolver antes da Olimpíada. *BBC Brasil*. Rio de Janeiro. 04 ago. 2015. Disponível em: < https://www.bbc.com/portuguese/noticias/2015/08/150804_rio_olimpiada_seguranca_pai_jp>. Acesso em: 26 jun. 2018.

SZOLDRA, Paul. A retired Navy admiral is 'very concerned' about terrorist attacks at sea. *Business Insider*. UK. jun 30. 2017. Disponível em: < <http://uk.businessinsider.com/stavridis-terrorist-attacks-at-sea-2017-6>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

TEIXEIRA, José A. A. Jorge. Rio de Janeiro, 28 de junho. 2018. Entrevista concedida a Daniel Martins Franco.

UOL NOTÍCIAS. Policiais federais entram em estado de greve em 18 Estados e no DF. 05 fev. 2014. Disponível em:<<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/02/05/policiais-federais-entram-em-estado-de-greve.htm>>. Acesso em: 14 jul. 2018.

VASCONCELLOS. Adriana C. D. Almeida. *O legado dos grandes eventos para a segurança pública no Brasil*. 2017. 120 f. Dissertação de mestrado (Políticas Públicas e Desenvolvimento, Economia) – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada IPEA). Brasília 2017.

WOLOSYN, André Luís. Um Brasil desprevenido seria intolerável e sem precedentes. *El País*. Rio de Janeiro. 27 nov. 2015a. Disponível em: < https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/27/politica/1448628871_811027.html>. Acesso em: 27 jun. 2018.

WOLOSYN, André Luís; MARTIN, Maria. Segurança passa a ser a maior preocupação da Olimpíada do Rio. *El País*. Rio de Janeiro. 27 nov. 2015b. Disponível em < <https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/25/internacional/1448484572385347.html>>. Acesso em: 27 jun. 2018.

Apêndice A

Roteiro de Entrevistas

Sobre o entrevistador

Daniel Martins Franco é aluno do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores da Escola de Guerra Naval.

Contatos: martins.franco@marinha.mil.br

Objetivo da entrevista:

Obter subsídios para a pesquisa do aluno, cujo tema gira em torno da participação da Marinha do Brasil nas operações conjuntas de segurança de grandes eventos, em especial a Copa do Mundo FIFA 2014 e Jogos Olímpicos Rio 2016.

A intenção é obter informações do entrevistado acerca dos processos de planejamento daquelas operações, bem como dados sobre a execução das mesmas.

Os entrevistados foram escolhidos por possuírem notório saber sobre o assunto, decorrente das suas participações nas referidas operações.

A entrevista será realizada por e-mail, e o entrevistado terá total liberdade para responder as perguntas utilizando documentação e registros pertinentes. Serão abordados seguintes aspectos sobre as Forças Navais:

- Histórico da participação;
- Composição;
- Organização;
- Tarefas; e
- Riscos e Ameaças levantados.

O entrevistado deve sentir-se à vontade para tirar dúvidas ou abordar qualquer questão que considere relevante sobre o tema, em qualquer momento que desejar.

Quaisquer documentos que auxiliem na resposta à entrevista como, por exemplo, calcos, planilhas, textos, etc. poderão ser enviados para o Entrevistador no endereço de e-mail supracitado.

Agradeço desde já a atenção e valorosa colaboração.

Daniel Martins Franco

Oficial Aluno do Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores

Concluindo, gostaria de coletar alguns dados apenas para caracterizar o respondente da pesquisa.

Sobre o Entrevistado

Nome do entrevistado:

Posto/Corpo:

Grande evento que participou:

Cargo ou função durante a operação:

Tempo que permaneceu no cargo ou função:

Considerações adicionadas pelo entrevistado (se for o caso):

Eu, Daniel Martins Franco, oficial aluno do curso de estado-maior para oficiais superiores, comprometo-me a tratar as declarações do entrevistado com o sigilo adequado, e a não deturpar ou adulterar qualquer tipo de informação prestada.

Data:

Assinatura entrevistador:

Eu, entrevistado, me comprometo com a veracidade das informações por mim prestadas na entrevista e autorizo o seu uso para fins de pesquisa.

Data:

Assinatura entrevistado:

Apêndice B

Entrevista com o Capitão de Corveta Fuzileiro Naval Rafael Pereira Moutinho, encarregado da seção de planejamento do estado-maior do Comando de Defesa Setorial Copacabana durante a Operação de Segurança dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Realizada em: 23 de junho de 2018, por e-mail.

AUTOR: Como foi preparação para a participação da Marinha nos Jogos Olímpicos Rio 2016?

ENTREVISTADO: Desde 2013, o Ministério da Defesa (MD), por intermédio da Assessoria Especial para Grandes Eventos (AEGE), tratou da participação das Forças Armadas (FA) na segurança das Olimpíadas junto aos diversos órgãos federais, estaduais e municipais envolvidos naquele grande evento.

Em 2013, foi elaborada, de comum acordo entre os envolvidos, a minuta do “Caderno de Atividades e Atribuições de Segurança para os Jogos Rio 2016”. Esse documento, que posteriormente foi anexado ao PESI, passou a orientar os planejamentos iniciais das FA. Nele estavam relacionadas as áreas e eixos de ação nos quais todos os órgãos envolvidos poderiam atuar, fosse como responsável ou em apoio.

Em janeiro de 2015, o MD expediu a Portaria Normativa nº 232, alterada pela Portaria Normativa nº 1.679, com as Diretrizes Ministeriais para atuação das FA nos JO Rio2016.

Para a cidade do Rio de Janeiro, coube ao Exército Brasileiro (EB) designar o Coordenador-Geral de Defesa de Área (CGDA), função que foi exercida pelo Comando Militar do Leste, tendo subordinado a ele quatro Coordenadores de Defesa Setorial (CDS) para as regiões de Copacabana, Barra, Deodoro e Maracanã. Essa Portaria determinava ainda que a MB designasse o Coordenador de Defesa de Área (CDA) de Salvador e o CDS Copacabana e apoiasse os demais CDA/CGDA do EB com meios e pessoal.

Em fevereiro daquele ano, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) expediu o PEECFA. Esse plano, elaborado com a participação de representantes do ComOpNav, foi a base para os planejamentos operacionais dos CGDA/CDA. Nele estava previsto que a MB adjudicaria um Destacamento de Defesa Antiaérea de FN (DstDAAFuzNav) ao Comando de Defesa Aeroespacial Brasileiro (COMDABRA); adjudicaria o Grupo Especial de Retomada e Resgate (GERR-OpEsp) ao Coordenador Conjunto de Prevenção e Combate ao Terrorismo (CCPCT); e proveria equipes de negociação a todos os CDA/CGDA.

O PEECFA destacava ainda que: as ações operacionais e táticas que tivessem repercussão política e alcance estratégico deveriam ter o aval do Comandante Supremo, por intermédio do MD; que os JO Rio2016 receberiam prioridade para o emprego dos meios militares em 2016, excetuando os compromissos internacionais previstos; que o CDA Salvador seria apoiado por tropas da 6ª Região Militar; que o emprego das FA na Garantia da Lei e da Ordem (GLO) somente ocorreria com o necessário amparo legal; que os CDA/CDS contariam com um destacamento de defesa cibernética; e que o Centro de Coordenação Tático Integrado (CCTI) Salvador estará subordinado ao CDA Salvador com ligação funcional com o CCPCT.

Naquela Ocasão, o ComopNav fez questão de ressaltar que a atuação da MB como Autoridade Marítima não amparava o emprego pleno da força, e que os portos e terminais estariam excluídos da esfera de atuação dos CGDA/CDA e , portanto, a segurança desses locais seria atribuição específica de determinados órgãos, conforme estabelecido no Decreto nº 6.869/2009.

No período de 23 a 27 de fevereiro de 2015, o CGDA realizou o seu planejamento operacional em conjunto com o ComOpNav e emitiu, em 17 de agosto daquele ano, o seu Plano Operacional, atribuindo formalmente as tarefas para o CDS Copacabana.

Em paralelo ao planejamento da FA, o COESRIO2016 coordenou a confecção de um Plano Integrado de Segurança e Ordenamento Urbano (PISOU) para cada instalação de competição, treinamento e apoio. O PISOU, em linhas gerais, define atribuições, detalha as instalações e estabelece os limites de segurança para cada local. Os PISOU foram elaborados com a participação de representantes de todos os órgãos envolvidos (MD, Ministério da Justiça (MJ), Comitê Olímpico Rio 2016, Prefeitura, Polícia Militar, Corpo de Bombeiros, Guarda Municipal, Defesa Civil e Polícia Federal).

A participação de representantes do CGDA e CDS na confecção dos PISOU contribuiu em muito para o melhor entendimento sobre o problema da segurança pública e conseqüentemente, aprimorou o planejamento das operações militares.

No mês de julho de 2016, os CDA, os CDS, o COMDABRA e o CCPCT finalizaram seus planejamentos operacionais. Oficiais de Ligação do ComOpNav sempre participaram dos planejamentos do COMDABRA e do CCPCT.

Em outubro, o PESI RIO 2016 foi assinado pelos Ministros da Defesa, da Justiça e do então existente Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI/PR).

Esse Plano definia os Eixos de Atuação (Segurança Pública, Defesa e Inteligência), os responsáveis por cada um (Órgãos de Segurança Pública - OSP, MD e Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), respectivamente), além das atividades a serem desenvolvidas em cada eixo.

O PESI destacava que: a segurança dos portos, inserida na atividade de Polícia Marítima, cabe aos OSP; as atividades típicas de segurança pública, desenvolvidas dentro de áreas militares, ocorreriam em coordenação entre os MD e MJ; havia a previsão do emprego das FA nas atividades de Defesa Civil e Segurança de Dignitários; e as atividades de defesa, somente seriam exercidas nos termos da decisão presidencial que autorizasse o emprego das FA.

É importante observar que o PESI previa o emprego dos meios da MB nas Águas Jurisdicionais Brasileiras, em proveito das atividades de segurança pública. Entretanto, estas atividades extrapolavam as competências da Autoridade Marítima, previstas também no PESI, quando se referia a atividades de Ações Marítimas e Fluviais

A questão é que algumas competições ocorreriam dentro de um perímetro no mar ou em águas interiores que seriam considerados “instalações de competição”, e a segurança das instalações de competição cabia aos OSP. Entretanto, a Polícia Marítima se manifestou não possuir meios suficientes para tal.

Assim, a MB atuar como Força de Contingência na segurança dessas citadas “instalações”, durante quase todo o período. Mas somente depois da Presidência da República assinar o Decreto de GLO, no do 08/08, três dias após a abertura oficial das olimpíadas.

De acordo com a Carta de Instrução do ComopNav para o início do planejamento, MD havia informado que as FA não fariam segurança patrimonial. Assim, não estaria previsto emprego de meios para segurança de navios atracados, instalações de competição, plataformas flutuantes ou projeções sobre as lagoas.

O ComOpNav ficou responsável pela distribuição de pessoal e pela indicação de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais para os comando envolvidos, e designou o Comandante do 1º Distrito Naval para a função de CDS Copacabana e o Comandante do 2º Distrito Naval para a função de CDA Salvador.

Por outro lado, a fim de evitar prejuízo às atividades administrativas e operativas rotineiras do Com1ºDN, o ComOpNav decidiu que o CDS Copacabana disporia de uma estrutura de comando específica e designou para a Chefia do Estado-Maior do CDS Copacabana, o Comandante da Divisão Anfíbia. Também designou para o Comando do GT Mar, o Comandante da 1ª Divisão da Esquadra. E, por fim, designou para o Comando do GT Terra, o Chefe do Estado-Maior do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra.

Atendendo à solicitação do CGDA, o CGCFN designou o Comandante do CEFAN para Chefe do Estado-Maior Conjunto daquele Coordenador.

AUTOR: Qual foi a distribuição inicial de meios feita pelo ComOpNav para o CDS Copacabana?

ENTREVISTADO: Para o ComOpNav, a cidade do Rio de Janeiro seria a prioridade para o emprego de meios da MB.

Assim, as cidades do futebol olímpico contaram somente com os meios locais, exceto o CDA Salvador, que recebeu meios para atender à área de prevenção e combate ao terrorismo.

Uma orientação importante do ComOpNav desde o início, foi que a segurança orgânica das OM e o Serviço de Busca e Salvamento não deveriam ser degradados pelo emprego de meios em proveito dos JO Rio2016.

A maior diferença entre os eventos anteriores e a Olimpíada foi a necessidade de se manter tropas em condições de atuar como FOCON dos OSP. Por isso, a quantidade de FN aumentou muito em relação à Copa do Mundo.

Entretanto, a quantidade de meios Navais foi inicialmente a mesma. Porém, se já imaginava que pudéssemos ter que solicitar um acréscimo de embarcações em virtude da necessidade de fazer a contingência da Polícia Marítima.

Dessa forma, o ComOpNav adjudicou ao Com1DN (CDS Copacabana), além dos navios distritais subordinados, os seguintes meios do ComemCh: 01 escolta; 02 aeronaves UH14/15; 01 aeronave AH-11A; 02 aeronaves UH12/13; 01 aeronave IH-6B; 01 EDCG; 02 EDVM; e 01 DstMeC com aproximadamente 10 militares para o CCTI Copacabana.

Também adjudicou àquele distrito, do ComFFE: 01 GptOpFuzNav, com aproximadamente 1.800 militares, composto por 01 componente de comando, 01 componente de combate terrestre e 01 CASC, para o GT Terra; 01 GptOpFuzNav, com aproximadamente 30 militares, para o GT Mar; 01 DstComAnf, com aproximadamente 20 militares, para o CCTI Copacabana; e 01 DstDQBRN, com aproximadamente 70 militares, para o CCTI Copacabana.

A ideia inicial do ComOpNav era manter em reserva, sob seu controle operacional:

(1) do ComemCh: 01 escolta (podendo ser o NSE); 01 aeronave AH-11A / UH-12/13 (podendo ser a ASNSE); 01 aeronave UH-14/15 (podendo ser a ASE); e o GERR-MeC;

(2) do ComFFE: 01 GptOpFuzNav, com o efetivo aproximado de 200 militares; e 01 EqpDQBRN/DAE.

AUTOR: Qual foi a organização por Tarefas do CDS Copacabana?

ENTREVISTADO: Como disse anteriormente, durante o período da Operação Jogos Olímpicos, o Com1DN foi o Comandante do CDSCOP, subordinado ao CGDA Rio.

Por outro lado, CGDA delegou ao CDS Copacabana a responsabilidade de coordenar os meios envolvidos nas ações marítimas e fluviais por conta das especificidades das atividades, deixando a seu critério as necessidades de emprego de meios. Isso conferiu certa autonomia nas decisões da Força.

O Estado-Maior do CDSCOP foi composto por militares de diversos setores da MB, e a Força Tarefa (FT) foi organizada em três Grupos Tarefa (GT) com as seguintes composições e atribuições:

1) Grupo Tarefa Marítimo (GTMAR) – Ao comando desse GT, foi designado o comandante da 1ª Divisão da Esquadra. O Estado-Maior foi constituído por militares do próprio ComDiv-1.

Ao longo do Planejamento, o GTMAR solicitou a adjudicação de mais 9 navios do ComemCh.

Dessa forma, ao início da Operação, o GTMAR Dispunha de dez navios do ComemCh (incluindo um Navio-Tanque e um Navio-Aeródromo) além de três embarcações de desembarque e seis aeronaves de asa rotativa.

Também contava com nove navios do ComGptPatNavSE, além de quarenta e seis embarcações da CPRJ.

Tinha como tarefas, controlar o tráfego aquaviário nos locais de interesse para a segurança dos jogos, realizar a contingência dos OSP nas venues de competições no Cluster Copacabana (principalmente as localizadas em área marítima e fluvial) e prover o apoio de transporte e logístico ao GT Terrestre e outros CDS.

2) Grupo Tarefa Terrestre (GTTER) – Ao Comando desse GT foi designado Chefe do Estado-Maior do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra. O estado-maior foi composto por oficiais do próprio ComFFE.

Contava com três batalhões de infantaria de Fuzileiros Navais (BtlInfFuzNav), um batalhão de artilharia (BtlArtFuzNav) e um Batalhão logístico (BtlLogFuzNav).

Tinha como tarefas, realizar a contingência dos OSP no Cluster COPACABANA; monitorar o Centro Regional de Operação do Sistema Elétrico, o Terminal Rodoviário Novo Rio e a Estação das Barcas (Praça XV) e o Porto do Rio de Janeiro, e contribuir para a proteção dessas Estruturas Estratégicas e para o funcionamento ininterrupto dos serviços prestados às instalações e áreas de interesse aos Jogos Rio 2016; proteger o Sítio de Antenas de Radiodifusão da Ilha Rasa; e prover o apoio logístico ao GT CCTI.

3) Grupo Tarefa Centro de Coordenação Tático Integrado (CCTI) – composto pelo Grupo Especial de Retomada e Resgate do Grupamento de Mergulhadores de Combate (GERRMEC) e da Companhia de Defesa Nuclear Biológica Química e Radiológica do Batalhão de Engenharia de Fuzileiros Navais.

Tinha como tarefas, conduzir ações de Enfrentamento ao Terrorismo, Anti-DEI (Dispositivos Explosivos Improvisados) e de DefNBQR em coordenação com o CCPCT.

AUTOR: Quais eram as principais ameaças na avaliação do CDS Copacabana?

ENTREVISTADO: Em 2014 eram consideradas como ameaças à realização da Copa do Mundo as seguintes Forças Adversas : crime organizado (narcotráfico e milícias), elementos criminosos comuns (criminosos em geral e torcidas violentas), organizações terroristas, e manifestantes (associações sindicais, grupos minoritários, organizações internacionais).

Entretanto, o PEECFA das Copa do Mundo previa que as FA seriam empregadas, prioritariamente, em apoio aos OSP no que se referisse às suas atribuições subsidiárias e típicas do eixo de Defesa, bem como, de forma episódica, em contingência às forças de segurança pública em caso de esgotamento de recursos humanos e materiais. Dessa forma, o Gerenciamento de Risco Operacional (GRO) não apontaria para a necessidade de se planejar ações diretas contras aquelas ameaças.

Os cenários propostos pelo PESI orientaram o planejamento inicial da operação a nível Estratégico e Interministerial. O PEECFA da Olimpíada traduziu estes cenários para o nível estratégico militar e apresentou os vetores de ameaça que concorreriam para a concretização daqueles cenários.

Os seguintes vetores de ameaça foram levantados inicialmente pelo CGDA Rio:

a) Grupos Terroristas e Antissistêmicos

O acompanhamento de tendências globais do terrorismo à época, revelava que, além das organizações alinhadas ao chamado “extremismo islâmico”, grupos “antissistêmicos”, de orientação anarquista, antissemita ou separatista, com frequência recorriam a estratégias violentas de afirmação política de ideias ou de contestação do status quo. Ressaltou também que ambas as vertentes terroristas buscavam a disseminação de suas ideologias por intermédio da Internet, com o intuito de obter de redes de apoio logístico ou ideológico em outros países, inclusive no Brasil.

Os levantamentos de inteligência consideravam pouco provável a ocorrência de atentados ligados às redes terroristas da Al Qaeda ou do Hezbollah, ou mesmo a qualquer outra organização antissistêmica. Entretanto, o histórico de ataques isolados contra agentes de segurança em diversos países ocidentais, ligados ao grupo extremista Estado Islâmico, apontavam para o elevado risco de eventuais ações semelhantes durante os JO Rio 2016, inclusive pela atuação de lobos solitários.

b) Grupos de Pressão, Movimentos Sociais e Grupos Paredistas:

Os grupos de pressão e os movimentos sociais se tornaram vetores de ameaça por conta do histórico de confrontos violentos contra forças policiais durante manifestações, cada vez mais frequentes, desde a Copa do Mundo em 2014. A violência era incitada, principalmente, pela infiltração de grupos denominados Black Blocs nas manifestações.

Os grupos paredistas eram as classes de aviários, rodoviários, agentes de segurança pública e segurança privada que, em seus movimentos reivindicatórios por melhorias trabalhistas e salariais, ameaçavam realizar greves e paralizações em serviços públicos durante os Jogos, comprometendo a mobilidade urbana e instaurando o caos.

b) Criminalidade Comum e Crime Organizado (narcotráfico, milícias e jogos ilegais):

A criminalidade comum foi identificada como um vetor de ameaça pois a grande concentração de pessoas assistindo aos Jogos ou realizando turismo na cidade, aumentaria a possibilidade de ocorrência de furtos/assaltos, que poderiam atingir inclusive delegações de atletas e a família olímpica.

A política de pacificação adotada pelo estado do Rio de Janeiro, fez com que algumas facções criminosas perdessem território e iniciassem uma disputa violenta por mercados consumidores. Entretanto não foram observados confrontos durante a realização dos eventos anteriores na cidade.

Os levantamentos do CGDA concluíram que durante os jogos, não haveria agressão entre as facções criminosas por conta da possibilidade de aumento de seus lucros em virtude do grande fluxo de turistas na cidade.

c) Incidentes Cibernéticos:

A ameaça com maior probabilidade de se concretizar eram os incidentes cibernéticos. Informações falsas, como alerta de bomba nas venues, críticas incitando a desordem em sites oficiais, além de vazamento de documentos classificados, poderiam gerar pânico aos espectadores, causando tumulto e confusão, e o esvaziamento do público em determinadas competições. Havia, ainda, a possibilidade de colapso nos sistemas de controle e monitoramento.

e) Espectadores:

O próprio público presente nas competições e eventos, em especial os locais conhecidos como Live Sites, onde a rivalidade entre torcidas poderia causar tumultos e prejuízos à condução dos eventos.

Para o CGDA, as maiores ameaças para os JO 2016 tendiam a ser as manifestações realizadas nos dias que antecedem a cerimônia de abertura e encerramento, por serem os dias de maior exposição na mídia. Entretanto, aquele coordenador considerava que a PMERJ reunia condições para fazer frente às manifestações, reduzindo, sensivelmente, a possibilidade de emprego das Forças Armadas.

Era visto como pouco provável as ações violentas do crime organizado durante o evento, da mesma forma que atentados associados a grupos terroristas internacionais. Por outro lado, existiria a possibilidade de atuação de lobos solitários, apesar de não haver indícios de ataques a estruturas olímpicas ou instalações estratégicas.

Dessa forma, a maior probabilidade de emprego da FA advinha da possível insuficiência nos meios de segurança privada e de um decorrente esgotamento dos recursos da FNSP, devido ao seu reduzido efetivo.

E, por conta dos conhecimentos de inteligência produzidos, O CDSCOP, conduziu seu planejamento considerando como ameaças:

- os ataques de Lobos Solitários às instalações estratégicas, às venues e aos locais de grande concentração de pessoas, localizados em terra;
- ataques cibernéticos aos sistemas de monitoramento e meios de comunicação;
- a atuação de criminosos comuns no entorno das venues e nos Live Sites;
- as manifestações, movimentos grevistas e operações padrão, principalmente nos dias que antecederiam as cerimônias de abertura e encerramento.

A análise da sua matriz de risco levou o CDSCOP a determinar que o GTMAR concentrasse seus esforços no Controle do tráfego aquaviário dentro das áreas de interesse para a segurança dos jogos, além de manter meios em condição de realizar a contingência dos OSP dentro instalações de competição situadas nas águas marítimas e águas interiores do Cluster COPACABANA.

O GTAMAR também deveria ter capacidade para prover o apoio de transporte e logístico ao GT Terrestre para a ocupação, permanência e retirada dos meios e pessoal envolvidos na proteção do Sítio de Antenas de Radiodifusão da Ilha Rasa.

Essas matrizes de risco foram confeccionadas relacionando a probabilidade de uma ameaça se concretizar, com o impacto sobre o objetivo da operação, que era “garantir a realização dos jogos em um ambiente seguro para atletas e espectadores”.

Apêndice C

Entrevista com o Capitão de Fragata André Martins Pereira, Encarregado da Seção de Operações do Grupo Tarefa Marítimo durante a Operação de Segurança dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016.

Realizada em: 25 de junho de 2018, por e-mail.

AUTOR: Como foi a participação do GT Marítimo nos Jogos Olímpicos Rio 2016?

ENTREVISTADO: A fim de evitar prejuízo às atividades administrativas e operativas rotineiras do Com1ºDN, o ComOpNav decidiu que o CDS Copacabana disporia de uma estrutura de comando específica e designou para a Chefia do Estado-Maior do CDS Copacabana, o Comandante da Divisão Anfíbia.

Também designou para o Comando do GT Marítimo, o Comandante da 1ª Divisão da Esquadra (ComDiv-1).

E, por fim, designou para o Comando do GT Terra, o Chefe do Estado-Maior do Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra.

O ComDiv-1 é um comando essencialmente operativo, voltado exclusivamente para o planejamento, execução e análise das operações da Esquadra, a oportunidade de participar de uma operação interagência de grande envergadura como os Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, foi encarada como um grande desafio por todos nós, devido a sua complexidade e a quantidade de agências envolvidas que necessitam conciliar interesses e a coordenação dos esforços para alcançar os objetivos ou propósitos que se coadunassem.

O ComDiv-1 se deparou pela primeira vez com o planejamento de uma operação interagência e com a presença de ameaças terroristas. Serviram de inspiração para o refinamento desse planejamento o manual de operações em ambientes interagências do Exército Brasileiro, os aprendizados das Operação Líbano, operação de segurança do Evento teste de Vela em 2015 com a participação intensa e meticulosa do Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste (ComGptPatNav-SE) e da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro (CPRJ). Após a materialização do planejamento por meio de uma Ordem de operação, o ComDiv-1, e agora, GT Marítimo, foi testar sua diretiva na Escola de Guerra Naval em um jogo seminário unilateral.

A experiência do ComGptPatNav-SE e da CPRJ em operações de emprego limitado da força foram muito importantes, pois compartilharam conosco suas experiências de participação em grandes eventos como a Copa das Confederações.

O Evento Teste de Vela 2015, por ter sido realizado nas mesmas raias e no mesmo mês que as regatas dos JOPORio2016 ocorreriam, foi uma excelente oportunidade de angariar informações para elaboração da estrutura de comando e controle e a influência dos fatores fixos da região nas embarcações ComGptPatNav-SE e da CPRJ.

Nosso estado maior foi composto essencialmente pelos militares do próprio ComDiv-1. Entretanto, também contamos com a participação de oficiais dos comandos que seriam subordinados os GTMAR. Comemch, ComGptPatNav-SE e CPRJ.

A nossa missão atribuída pelo superior era:

Controlar o Tráfego Aquaviário nos locais de interesse para a segurança dos Jogos;

prover apoio logístico ao GT Terrestre para a ocupação, permanência e retirada dos meios e pessoal envolvidos na proteção do Sítio de Antenas de Radiodifusão da Ilha Rasa;

mediante ordem, realizar a contingência dos OSOP, por meio da condução de ações repressivas em caráter episódico, nas instalações de competição situadas nas águas marítimas e águas interiores do Cluster COPACABANA; e

quando determinado, transportar o GT Terrestre para ser empregado como Força de Contingência,

a fim de contribuir para a execução dos Jogos em um ambiente seguro para a população local, clientes e visitantes.

Para cumprir essa missão, o Comandante do Grupo-Tarefa decidiu impedir o acesso de embarcações não autorizadas às áreas marítimas destinadas às realizações de provas e às adjacentes aos locais de provas terrestres, sob responsabilidade dos CDS Copacabana e Barra, durante a realização dos treinamentos e competições de modalidades desportivas dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio-2016.

E para tal, realizaríamos Operações de Esclarecimento, de Apoio Logístico Móvel, de Controle do Tráfego Marítimo, de Informação, de Interdição Marítima, Defesa de Área Marítima Restrita, e de Ações de Superfície, de Guerra Eletrônica, Aeronavais, Aéreas, de Defesa Aeroespacial e de Guerra Cibernética, atividades de Patrulha Naval e Inspeção Naval.

Também iríamos prover o apoio logístico limitado de transporte, ressuprimento e salvamento à parcela do GT Terrestre que realizaria a proteção do Sítio de Antenas de Radiodifusão da Ilha Rasa e transportaríamos, por via marítima ou aérea, parcela do GT Terrestre que atuar, por determinação, como, Força de Contingência;

E atuar, conforme determinado e autorizado, como força de contingência dos OSOP na nossa área marítima de responsabilidade e na Lagoa Rodrigo de Freitas;

Também alertaríamos os órgãos de controle sobre aeronaves em voo em áreas proibidas;

E repeliríamos os APOP da área marítima circunvizinha às pistas do Aeroporto Internacional Antônio Carlos Jobim, Aeroporto Santos Dumont e do Terminal de Abastecimento da Baía de Guanabara (TABG).

AUTOR:Quais foram os meios inicialmente adjudicados ao GTMAR?

ENTREVISTADO: o ComOpNav adjudicou ao Com1DN (CDS Copacabana), além dos navios distritais subordinados, os seguintes meios do ComemCh: 01 escolta; 02 aeronaves UH14/15; 01 aeronave AH-11A; 02 aeronaves UH12/13; 01 aeronave IH-6B; 01 EDCG; 02 EDVM; e 01 DstMeC com aproximadamente 10 militares para o CCTI Copacabana.

Também adjudicou, do ComFFE: 01 GptOpFuzNav, com aproximadamente 1.800 militares, composto por 01 componente de comando, 01 componente de combate terrestre e 01 CASC, para o GT Terra; 01 GptOpFuzNav, com aproximadamente 30 militares, para o GT Mar; 01 DstComAnf, com aproximadamente 20 militares, para o CCTI Copacabana; e 01 DstDQBRN, com aproximadamente 70 militares, para o CCTI Copacabana.

A ideia inicial do ComOpNav era manter em reserva, sob seu controle operacional: do ComemCh: 01 escolta (podendo ser o NSE); 01 aeronave AH-11A / UH-12/13 (podendo ser a ASNSE); 01 aeronave UH-14/15 (podendo ser a ASE); e o GERR-MeC; do ComFFE: 01 GptOpFuzNav, com o efetivo aproximado de 200 militares; e 01 EqpDQBRN/DAE.

Entretanto, devido às tarefas assumidas pelo GTMAR para, na nossa avaliação, conseguir cumprir a missão recebida, posteriormente solicitamos a adjudicação de mais meios em virtude da necessidade de termos que fazer a segurança das raias em contingência à Polícia Marítima.

A Polícia Marítima, ramo da Polícia Federal, desde o início do planejamento, de uma forma tácita, já havia alegado que não possuía meios em quantidade suficiente para assumir a segurança das raias de regata e de maratona aquática. A Polícia Marítima e o Grupamento Marítimo do Corpo de Bombeiros participaram basicamente apoiando a UT Esparta, dentro da Baía de Guanabara.

Planejamos o revezamento dos navios ao longo dos 65 dias de operação a fim de poupar os meios.

E também tínhamos a intenção de realizar uma defesa em profundidade contra a ameaça de atentados terroristas empregando navios mercantes e outras embarcações de grande porte, bem como outros vetores marítimos de ameaça, como grupos manifestantes e embarcações não autorizadas.

Organizamos o GTMAR da seguinte forma:

- a. Unidade de Interdição OLÍMPIA : 3 FCN ; 1 AH-1A; 2 FCG; 2 CCI; 1 CCB; e 1 NT.
- b. Unidade de Proteção ATENAS: 2 NPaOc; 1 NPa 500t; 2 NPa 200t; 2 RbAM; 2 AviPa; e 1 UH-12/13
- c. Unidade de Transporte TEBAS: 1 EDCG; e 2 EDVM.
- d. Unidade de Transporte Aéreo TROIA: 2 UH-14/15.
- e. Unidade de Apoio Logístico ARGOS: 1 NAe.

AUTOR: O planejamento da GTMAR foi feito baseado em que ameaças?

ENTREVISTADO: O GTMAR, apesar da avaliação de ameaças apresentada pelo CDSCOP ter sugerido que os vetores de ameaça atuariam basicamente em ambiente terrestre, optou por considerar a possibilidade desses vetores atuarem também pela via marítima em virtude da grande possibilidade de assumir as funções de OSP dentro das raias de competição.

A matriz de risco do GTMAR identificava como provável a ocorrência de ações pelo meio marítimo. Isso configurava um risco elevado para a segurança do evento.

Dessa forma, foram incluídas diversas possibilidades de atuação dos vetores de ameaça, como por exemplo:

- lobos solitários atacando áreas de realização de maratonas aquáticas utilizando motos aquáticas;
- embarcações de grupos de pressão, como o Greenpeace, realizando manifestações na orla;

- ações terroristas de tomada e lançamento de navios de grande porte (mercantes, barcas Rio- Niterói, etc.) em direção aos locais de competição;
- nadadores não autorizados interferindo nas raias de competição com o uso de caiaques e stand-up paddles; e
- atentados às barcas Rio-Niterói com o uso de lanchas de deslocamento rápido.

AUTOR: A quantidade de meios adjudicada foi adequada à missão?

ENTREVISTADO: Logo no início da Operação ocorreu algo inusitado, que se tornou a maior Ameaça ao cumprimento da missão foi a recorrente necessidade de destacar meios para o atendimento de busca e salvamento marítimo na área do Com1DN.

No dia 15 de julho, tivemos que destacar dois RbAM para o salvamento de dois navios mercantes no litoral do Espírito Santo. Esse SAR durou 45 dias e demandou os dois RbAM, que praticamente não participaram das Olimpíadas. Também tivemos que revezar NPaOc e NPa no acompanhamento dos NM.

Logo em seguida, uma aeronave VF-1 caiu no mar próximo a Cabo Frio durante treinamento. As operações de buscas também se estenderam muito e demandaram quase todos os nossos meios.

Durante a fase de controle das operações planejadas, foram necessárias muitas alterações e adaptações.

Acabamos utilizando, efetivamente, bem menos meios que o planejado.

Apenas um NPa 200T e dois AviPa puderam ficar dedicados exclusivamente à operação. Todos os outros navios da UT Atenas foram empregados hora em SAR , hora na segurança das área marítimas. Tivemos que remanejar embarcações da UT Esparta para área de responsabilidade da UT Atenas.

Com certeza foi um período que exigiu muito dos navios e suas tripulações.

Mas no final, conseguimos concluir nossa missão com sucesso. A maior prova disso além dos elogios no âmbito do Ministério da Defesa, foi a delegação de Defesa do Japão vir assistir uma palestra no ComOpNav sobre o planejamento e execução do JOPORio2016.

Um grande diferencial entre o JOPORio2016 e a Copa das Confederações foi quantidade de modalidades esportivas, participantes, cenário político do Rio de Janeiro, e a atuação do ISIS como elemento terrorista já consolidado.

Apêndice D

Entrevista com o Capitão-de-Mar-e-Guerra José Achilles Abreu Jorge Teixeira, Comandante do ComGptPatNav-SE durante a Operação de Segurança dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Realizada em: 28 de junho de 2018, por e-mail.

AUTOR: Como foi a participação do ComGptPatNav-SE nos Jogos Olímpicos Rio 2016?

ENTREVISTADO: Como na Copa das Confederações em 2013 e na Copa do Mundo em 2014, o ComGptPatNavSe participou das operações de segurança integrando a Força Naval Componente, que, por ocasião das Olimpíadas, era o CDS COPACABANA.

As peculiaridades do ComGptPatNavSe permitiram que contribuíssemos de várias maneiras. Desde o preparo dos meios adjudicados, no planejamento e execução do seu emprego, e no apoio logístico durante as operações. Também cedemos oficiais para comporem os Estados-Maiores do CDSCOP e do GTMAR devido à experiência adquirida nos Grandes Eventos anteriores.

Fui designado comandante da Unidade de Proteção ATENAS, que fazia parte de organização por tarefas do GTMAR. Meu Estado-Maior foi composto de oficiais e praças do próprio grupamento.

Nossas tarefas eram:

Controlar o Tráfego Aquaviário na área marítima da entrada da “boca da barra”, entre a Ponta do Arpoador e a Ponta de Itaipu, passando ao sul das Ilhas do Pai e da Mãe., bem como na orla das praias, desde Copacabana até o Recreio dos Bandeirantes.

Impedir a entrada de embarcações não autorizadas nas áreas de segurança da Arena de Vôlei de Praia, dos circuitos de ciclismo/marcha atlética e, principalmente das raias externas de regata a vela durante a realização dos treinamento e competições.

Realizar o salvamento dos meios do GTMAR e de embarcações que pudessem afetar a realização das competições.

Realizar a salvaguarda da vida humana no mar, segurança da navegação e prevenção da poluição hídrica;

Vigiar o espaço aéreo sobrejacente às suas áreas designadas, no tocante ao descumprimento das regras especiais de circulação aérea estabelecidas para o período.

Monitorar a saída de embarcações de pontos em terra próximos à área interdita para os eventos;

Vigiar e, mediante ordem, repelir APOP que estivessem atuando na área marítima das proximidades das cabeceiras das pistas do Aeroporto Santos Dumont.

Chamo atenção para essa expressão “mediante ordem”.

De acordo com a carta de instrução do CON que iniciou o planejamento, o emprego dos meios da MB em proveito das atividades de segurança pública extrapolaria as competências da Autoridade Marítima.

Aquele documento ressaltava que algumas competições ocorreriam dentro de um perímetro no mar ou em águas interiores que seriam considerados “instalações de competição”, e que, dessa forma, a segurança das instalações de competição caberia aos OSP.

Entretanto, já durante a fase de planejamento, a Polícia Marítima se manifestava alertando não possuir meios suficientes para tal.

Assim, desde o início, já se considerava que a MB atuaria como Força de Contingência na segurança daquelas “instalações”, necessitando apenas do amparo legal de uma autorização da Presidência da República na forma de um decreto de GLO, o que realmente veio acontecer três dias após a abertura oficial dos Jogos.

Por conta dessa necessidade de fazer a segurança das “instalações de competição” nosso maior esforço ficou concentrado nas raias externas das regatas a vela e na praia de Copacabana. Também atuamos na orla da Barra da Tijuca e Recreio durante as competições de ciclismo, porém foi um esforço dividido com a UT OLÍMPIA, composta por navios do Comemch.

A UT ATENAS contava com 2 NPaOc, 1 NPa 500t, 2 NPa 200t, 2 RbAM, 2 AviPa e 1 UH-12/13

AUTOR: O planejamento da UT ATENAS foi feito baseado em que ameaças?

ENTREVISTADO: Os vetores de ameaça considerados foram os mesmos dos planejamentos anteriores: criminosos, organizações criminosas, terroristas e manifestantes e, fruto da experiência no evento-teste de vela em 2015, incluímos os espectadores e embarcações não autorizadas que tentassem entrar nas áreas interditadas.

Embora existissem todos esses vetores, a ameaça era uma só: Que alguma embarcação não autorizada entrasse nas raias de competição ou nas áreas de segurança e interferisse na realização do evento.

A linha de ação para impedir, ou mitigar, o impacto de qualquer um desses vetores sobre as competições, fossem terroristas, manifestantes, criminosos ou apenas curiosos, era uma só: localizar, identificar, e monitorar todas as embarcações da área, reorientando ou interceptando as que estivessem demonstrando intenções de penetrar na área de interdição.

Desde o Evento-Teste de vela em 2015, a CPRJ realizara uma grande campanha de informação e conscientização da comunidade marítima acerca das medidas de segurança que iriam ser adotadas durante as competições de vela e maratona aquática.

Também participamos dessa campanha. Durante ações de Inspeção naval na orla da cidade distribuíamos panfletos e informativos.

Entretanto, foi alto o número de “desavisados” e “curiosos” que desrespeitavam os limites de navegação nos horários determinados.

Em que pese a ampla divulgação do evento pela CPRJ, o número e INTERAÇÕES/ABORDAGENS durante a Operação foi significativo.

252 embarcações foram impedidas e orientadas a aguardar fora da área, 07 embarcações foram abordadas e inspecionadas pelos meios, embarcações foram notificadas por descumprimento das Normas da Autoridade Marítima e 01 embarcação foi apresada e conduzida à CPRJ.

Mas, de uma forma geral, foi observado que as embarcações estavam cientes da interdição de área a ser observada durante os JOPO2016.

Também tivemos complicações com relação a algumas embarcações sinistradas ou com algum tipo de emergência médica e que necessitavam acessar a Baía de Guanabara.

AUTOR: A quantidade de meios adjudicada foi adequada à missão?

ENTREVISTADO: Como nos eventos anteriores, planejamos empregar todos os nossos meios disponíveis. O longo período de operação, 65 dias, sugeria o revezamento de navios. Observe que os navios do Grupamento, por serem relativamente grandes, não poderiam fazer um apoio muito aproximada às raias de competição. Portanto seriam necessárias várias ECSR orgânicas e várias equipes de inspeção, que também deveriam se revezar. Esse foi o planejamento.

Entretanto não foi o que aconteceu.

O ComGptPatNavSE não pôde deixar de atender às necessidades operativas do Com1ºDN. A Olimpíada estava acontecendo, porém, o Distrito não podia deixar de cumprir suas responsabilidades como Representante da Autoridade marítima e como SLAVAMAR SUDESTE.

Essa talvez tenha sido nossa maior dificuldade.

A interdição das áreas e a contingência aos OSP, diferente dos eventos anteriores que não tiveram competições no mar, consumiriam muitos meios, e os compromissos habituais não diminuiriam.

Logo no início da operação, no dia 15 de julho, foi aberto um SAR para salvamento de dois navios mercantes no litoral do Espírito Santo. Durou 45 dias e demandou os dois RbAM, que praticamente não participaram das Olimpíadas, além do revezamento de alguns NPa.

Em seguida, ocorreu um acidente com uma aeronave VF-1 que caiu no mar próximo a Cabo Frio. As operações de buscas também se estenderam muito e demandaram quase todos os nossos meios.

Realizando o confronto entre o emprego de navios em proveito da Operação com o emprego em proveito das demandas do Com1ºDN/SALVAMAR SUDESTE, durante os 65 dias, chegamos à conclusão de que 71% dos dias de mar realizados pelos meios deste Comando, sem considerar os AviPa, foram dedicados aos eventos SAR e às outras demandas do Com1ºDN.

Apenas um NPa de 200t e dois AviPa ficaram exclusivamente dedicados aos Jogos Olímpicos durante todo o tempo. Todos os outros navios participaram de forma eventual, entre o revezamento durante os SAR.

De fato, a quantidade de meios empregado foi bem menor que o planejado e treinado. Inclusive tivemos que solicitar o apoio de ECSR da CPRJ (UT ESPARTA).

Apêndice E

Entrevista com o Capitão-de-Corveta Pedro Leonardo Marcon, Oficial do Estado-maior do da CPRJ durante a Operação de Segurança da Copa do Mundo 2014 e dos Jogos Olímpicos Rio 2016.

Realizada em: 22 de junho de 2018, por e-mail.

AUTOR: Qual foi a participação da CPRJ durante a Copa do Mundo 2014?

ENTREVISTADO: O Capitão dos Portos foi designado Comandante do Grupamento de Segurança Marítima 2 (GptSegMar-2) subordinado à FNC. E o seu Estado-Maior era composto por militares da própria CPRJ.

Nosso GT contava com 17 embarcações, dentre AviPa, ECSR, LAEP e motos aquáticas. Todo o efetivo da CPRJ foi empregado na operação (de maneira direta e indireta). Para apoiar no cumprimento da tarefa foi solicitado destaque de militares para a DPMM, via cadeia de hierárquica.

Nossas tarefas eram realizar inspeções navais nas áreas marítimas e acompanhar o tráfego marítimo nas áreas proximidades do Porto do Rio de Janeiro a fim de contribuir para as atividades de segurança. As áreas compreenderam do trecho do litoral da cidade do Rio de Janeiro, desde a Boca da Barra até o fundo da Baía de Guanabara e a área marítima do “Saco de Mangaratiba” em Mangaratiba. Na Baía da Guanabara, atuamos principalmente nas proximidades de estruturas de interesse, como a Marina da Glória, o porto do Rio de Janeiro, o aeroporto do Galeão, o Terminal Aquaviário da Baía da Guanabara (TABG) e a Ilha fiscal, que recebeu o centro de mídia da Copa.

AUTOR: O planejamento do GtSegmar-2 foi feito baseado em que ameaças?

ENTREVISTADO: Não havia ameaças concretas, apenas uma ideia de fontes de ameaça, que eram criminosos, organizações criminosas, terroristas e manifestantes, baseados nos eventos que ocorreram em 2013. Naquele momento também não existiam informações sobre manifestações se valendo de embarcações na área do GT, porém, caso essas ocorressem poderiam afetar o tráfego marítimo na região, portanto tal evento não foi desconsiderado neste planejamento.

Entretanto nossas tarefas não visavam diretamente essas fontes de ameaça... nossa maior preocupação era o ordenamento aquaviário e a salvaguarda da vida humana.

A ação de presença constante e as inspeções navais durante o todo o evento, principalmente nos horários de jogo, foi um fator inibidor para ações de agentes perturbadores da ordem pública (APOP). No total, os GtSegMar fizeram juntos mais de 1300 abordagens.

AUTOR: A quantidade de meios adjudicada foi adequada à missão?

ENTREVISTADO: Para esta missão foi adequada, pois as atividades não ocorreram de forma tão intensa quanto nos Jogos Olímpicos. Durante os dias que antecediam os jogos na área do Rio de Janeiro, três embarcações realizavam inspeção nos locais pré-determinados. Durante os treinos das seleções que ficaram no Rio de Janeiro e Mangaratiba, ficava uma embarcação

dedicada. Isso fez que tivéssemos tempo para realizar as manutenções necessárias e inopinadas. Somente quando havia jogo no Rio de Janeiro que todas as embarcações dos GT se faziam ao mar.

Foram um pouco mais de 30 dias tendo o revezamento de embarcações e de pessoal, porém, como essas ações foram bem similares às Operações Verão e a Operação da Copa das Confederações em 2013, e a experiência adquirida nelas facilitou muito a execução.

AUTOR: Como foi a participação da CPRJ nos Jogos Olímpicos Rio 2016?

ENTREVISTADO: Para os Jogos Olímpicos, o Capitão dos Portos do Rio de Janeiro foi designado Comandante da Unidade de Proteção ESPARTA. Subordinada ao Grupo tarefa Marítimo (GTMAR) do CDS COPACABANA. E o seu Estado-Maior era composto por militares da própria CPRJ.

A UT ESPARTA contava com 35 ECSR/ LAEP, 5 Motos aquáticas, 1 UH-12/13 e 1 IH-6B.

Nossas tarefas eram de controlar o tráfego aquaviário nas dentro da Baía de Guanabara ao sul da ponte Rio-Niterói, na praia de Copacabana, próximo ao forte e na lagoa Rodrigo de Freitas. Nessas três áreas, impedir a entrada de embarcações não autorizadas nas raias de competição ou nas áreas de segurança, e fazer a vigilância das proximidades das cabeceiras das pistas do Aeroporto Santos Dumont, estando em condições de repelir APOP caso fosse dado a ordem.

A tarefa de controle pressupunha todas as medidas para acompanhar, inclusive, o tráfego amigo (embarcações de apoio às competições e das forças amigas autorizadas).

Também nos foi determinado estabelecer o ordenamento do tráfego aquaviário, nas áreas de interesse, de forma a não interromper serviços públicos de transporte de passageiros e nem interditar totalmente o trânsito, principalmente em casos de emergência.

A UT ESPARTA ficou responsável por dar ampla divulgação à comunidade marítima das medidas a serem implementadas, pela publicidade das medidas e pelo estabelecimento de coordenação com a DPF, CBMERJ e CORio2016.

Atuamos em todas as Venues do Cluster Copacabana: Vôlei de Praia - Estádio de Copacabana; Ciclismo de Estrada - Forte de Copacabana; Maratona Aquática - Forte de Copacabana; Triatlo - Forte de Copacabana; Canoagem Velocidade - Lagoa Rodrigo de Freitas; Remo - Lagoa Rodrigo de Freitas; e Vela - Marina da Glória.

AUTOR: O planejamento da UT ESPARTA foi feito baseado em que ameaças?

ENTREVISTADO: Mais uma vez não havia ameaças concretas. Dessa vez chamamos de Vetores de Ameaça para tentar estabelecer algumas linhas de ação para minimizar os afeitos de possíveis interferências nas competições. De novo criminosos, organizações criminosas, terroristas e manifestantes. A diferença é que dessa vez, também demos atenção aos espectadores e embarcações não autorizadas que tentassem entrar nas áreas interditadas.

E esses últimos, talvez tenham sido a nossa maior dor de cabeça.

O ordenamento do tráfego aquaviário na área marítima onde seriam realizadas as competições de vela e de maratona aquática / triatlton, incluía a interdição das áreas à navegação

durante os períodos de treinos e de provas, bem como o fechamento do canal de acesso ao porto do Rio de Janeiro.

Realizamos uma grande campanha de informação e conscientização da comunidade marítima. Iniciamos os trabalhos pelo menos 6 meses antes do início dos Jogos, ainda nos Eventos-teste em 2015.

Reuniões com autoridade portuária, praticagem, armadores e empresários, palestras, visitas a iates clubes e colônias de pescadores, informativos na mídia e distribuição de panfletos durante ações de Inspeção naval.

Entretanto, os “desavisados” e “curiosos” que desrespeitavam os limites de navegação nos horários determinados, juntamente com algumas embarcações sinistradas ou com algum tipo de emergência médica e que necessitavam acessar a baía de Guanabara foram, praticamente, as principais preocupações da UT.

AUTOR: A quantidade de meios adjudicada foi adequada à missão?

ENTREVISTADO: Os meios adjudicados foram adequados à missão, porém, muitas embarcações já estavam bastantes desgastadas, o que gerou uma sobrecarga nas equipes de manutenção, que foram realizadas a bordo. Ressalta-se que foram adquiridas embarcações novas e que também uma empresa de manutenção, autorizada, foi contratada para realizar a manutenção das mesmas sem a perda da garantia. Embora no papel as tarefas atribuídas à UT ESPARTA fossem semelhantes às da Copa do Mundo, o esforço para execução foi muito maior.

Foram três áreas distintas e bem afastadas umas das outras. A operação durou praticamente o dobro do tempo da Copa do mundo. Foram 63 dias ininterruptos.

A fim de reforçar os avisos de interdição, realizamos, em conjunto com o ComGptPatNavSe, a operação MAR SEGURO desde o início de julho, abrangendo a Baía de Guanabara, a orla da cidade e a Lagoa Rodrigo de Freitas. Foram conduzidas Inspeções Navais e divulgação das medidas de segurança durante os jogos. Sem contar com a escolta da tocha olímpica que ocorreu simultaneamente.

O revezamento de meios e de pessoal seria imprescindível. Novamente foram solicitados destaques de militares para o guarnecimento das embarcações e também recebemos a cessão de embarcações de outras unidades da Marinha do Brasil.

Entretanto, a interdição das áreas foi o que mais consumiu meios. Ficamos com quase todas as embarcações na água durante praticamente todos os dias de competição.

Apêndice F

Entrevista com o Capitão-de-Fragata Carlos Alberto da Costa Júnior, Oficial do Estado-maior do Com1DN durante a Operação de Segurança da Copa do Mundo 2014.

Realizada em: 20 de julho de 2018, por e-mail.

AUTOR: Qual foi o papel do Com1DN na Operação de segurança da Copa do Mundo 2014?

ENTREVISTADO: Replicando o modelo adotado na Copa das Confederações, o MD ativou uma estrutura de emprego conjunto das Forças Armadas. Cada cidade-sede possuía um Coordenador de Defesa de área, com um Estado-Maior Conjunto. Os CDA eram coordenados diretamente pelo EMCFA.

A MB foi responsável pela designação dos CDA de Natal e Salvador. Nas outras cidades-sede, como o Rio de Janeiro, a MB prestou apoio aos CDA designados, através da indicação de militares para composição dos Estados-maiores conjuntos e através do apoio de meios navais, aeronavais e de Fuzileiros Navais integrando a Força naval Componente.

O Comando de Operações Navais, através de uma Carta de Instrução, determinou que o Com1DN fosse o comandante da FNC no Rio de Janeiro e adjudicou os meios necessários. O Estado-Maior da FNC foi constituído por militares do Com1ºDN e de outras OM da MB.

A FNC realizou ações de Patrulha Naval e Inspeção Naval a fim de impedir a circulação de embarcações não autorizadas nas áreas de interesse, além de permanecer com tropas e meios em condições de serem empregados em ações de segurança em sua área de responsabilidade e na proteção/defesa das estruturas de interesse da Força.

Aquela operação durou pouco mais de 30 dias. E dentre meios Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais, a FNC empregou seis navios, vinte embarcações de apoio, vinte e seis viaturas, uma aeronave e mil e quarenta militares e

AUTOR: Como foi organizada a FNC por ocasião daquela Operação?

ENTREVISTADO: A FNC, na estrutura de emprego conjunto, ficou diretamente subordinada ao CCDA Rio, que era o Comandante Militar do Leste.

A organização por tarefas da FNC continha quatro Grupos-Tarefa: GptSegMar-1, GptSegMar-2, GptSegMar-3 e GptOpFuzNav.

O Grupamento de Segurança Marítima 1 (GptSegMar 1) era composto por seis navios do Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste (ComGptPatNavSE).

Tinha como tarefas, realizar ação de presença nas áreas de interesse, realizar Patrulha Naval (PATNAV); conduzir operações de esclarecimento em proveito dos meios navais; e acompanhar o tráfego marítimo nas proximidades do porto do Rio de Janeiro, com ênfase nas proximidades das localidades onde estiveram hospedadas as delegações estrangeiras.

O Grupamento de Segurança Marítima 2 (GptSegMar 2) era composto por 15 embarcações da Capitania dos Portos do Rio de Janeiro (CPRJ).

Tinha como tarefas, realizar ação de presença e Inspeção Naval nas áreas de interesse; e acompanhar o tráfego marítimo na Baía da Guanabara, nas áreas da Marina da Glória, porto

do Rio de Janeiro, aeroporto do Galeão, Terminal Aquaviário da Baía da Guanabara (TABG) e Ilha fiscal (centro de mídia).

O Grupamento de Segurança Marítima 3 (GptSegMar 3) era composto por 05 embarcações da Capitania dos Portos do Espírito Santo (CPES).

Tinha como tarefas, realizar de ação de presença e Inspeção Naval nas áreas de interesse; e acompanhar o tráfego marítimo nas áreas de interesse em Vitória - ES.

E por último, o Grupamento Operativo de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav) – composto pelo 3º Batalhão de Infantaria de Fuzileiros Navais (3ºBtlInfFuzNav).

Permaneceu em prontidão durante toda operação para ser empregado na defesa dos pontos de interesse e como força de contingência dos Órgãos de Segurança Pública (OSP), nas áreas estabelecidas pela Força Naval Componente, e efetuou a segurança de Rota Protocolar e a Linha Vermelha.

AUTOR: Quais eram as forças inimigas consideradas no planejamento da FNC?

ENTREVISTADO: Em uma operação como essas, de emprego limitado da força, não existem forças inimigas. Na época, os documentos do EMCFA e do CCDA consideravam “Forças Adversas” e “Fontes de Ameaça”.

Desta forma, o Planejamento Operacional considerava como ameaças à realização da Copa do Mundo as seguintes Forças Adversas: crime organizado (narcotráfico e milícias), elementos criminosos comuns (criminosos em geral e torcidas violentas), organizações terroristas, e manifestantes (associações sindicais, grupos minoritários, organizações internacionais).

Assim, por não serem identificados inimigos, não havia como definir as Possibilidades do Inimigo, conforme o processo de planejamento Militar, ou melhor conjunto. E, por isso, penso que tivemos dificuldade de definir Linhas de Ação mais precisas.

Nesse sentido, a FNC buscou identificar como essas forças adversas poderiam atuar na sua área de responsabilidade, quer fossem facções do crime organizado, elementos criminosos, grupos terroristas ou movimentos manifestantes e se valeu de ferramentas típicas de suas atribuições subsidiárias, como a PATNAV e Inspeção Naval, para buscar impedir, dificultar ou mesmo mitigar a possibilidade de uma daquelas forças adversas comprometerem a segurança nas áreas de interesse. Obviamente que essas ações se referem à área marítima. O Grupamento de Fuzileiros ficou em prontidão para ser empregado em contingência aos Órgãos de Segurança Pública em casa de seus esgotamentos e caso fosse decretada a GLO. Na época, os Fuzileiros já estavam intervindo no complexo da Maré.

AUTOR: Como foi feito o dimensionamento de forças necessárias e como foi feita a e adjudicação de meios?

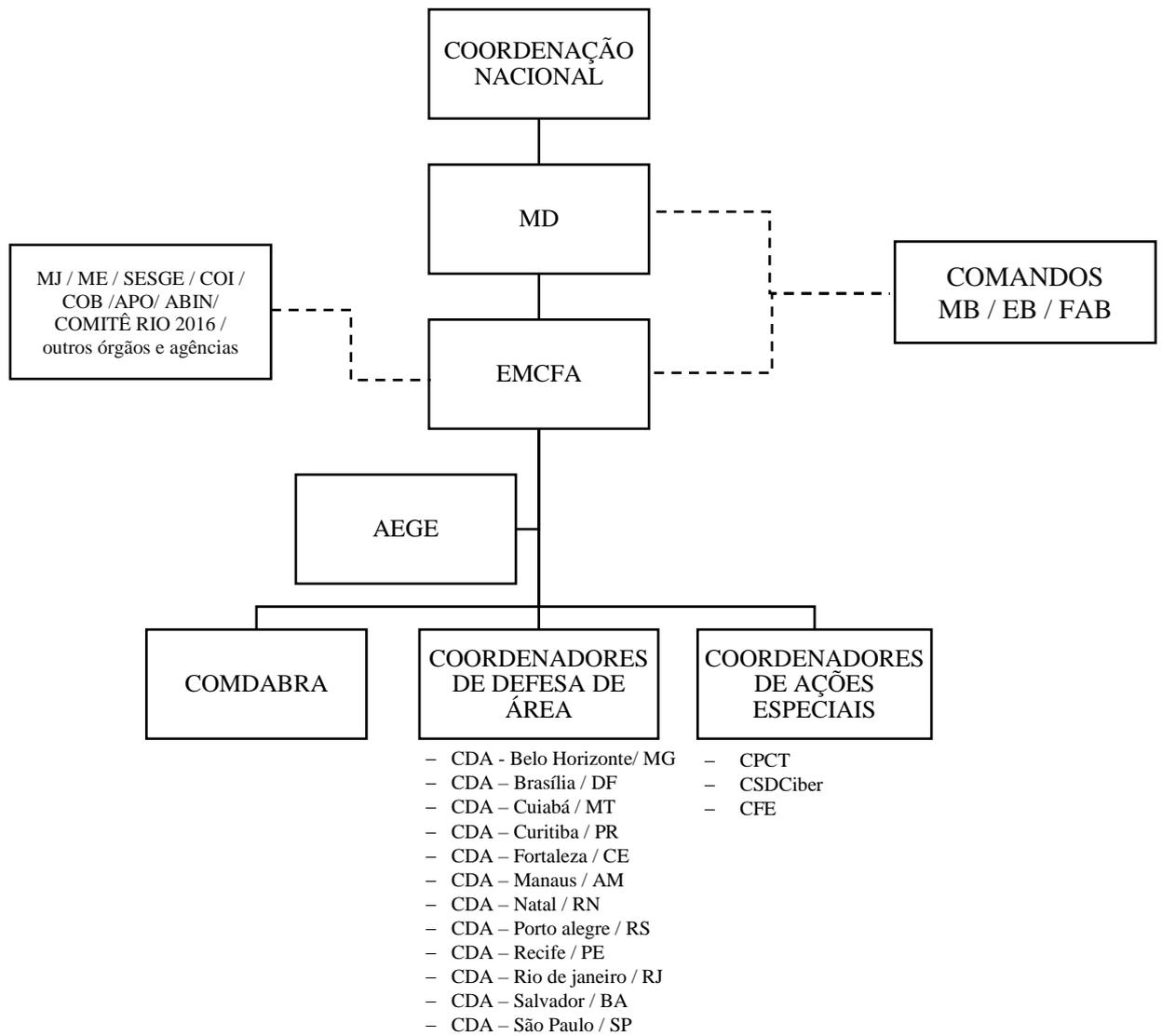
ENTREVISTADO: Como comentei anteriormente, o planejamento replicou o modelo adotado na Copa das Confederações. O PEECFA adjudicou à FNC o Comando do Grupamento de Patrulha Naval do Sudeste e seus meios, bem como a CPRJ, CPES, Del Itacuruça, EAMES e Grupamento de FN do Rio de Janeiro. A Carta de Instrução do CON corroborou a adjudicação. Não houve uma adjudicação pontual de navios ou aeronaves ou de FN.

A FNC teve autonomia para definir os meios empregados e, optou por utilizar todos os navios e embarcações disponíveis naqueles comandos subordinados. Tal decisão foi tomada em virtude do período relativamente longo de operação e da necessidade de permanência de

navios praticamente todo o tempo na orla da Cidade. O planejamento levou em consideração o rodízio dos meios. Durante a copa do mundo, o GtSegMar-1, além de guarnecer a orla do Rio de Janeiro, também empregou um AviPa para as proximidades das usinas nucleares de Angra dos Reis.

Apêndice G

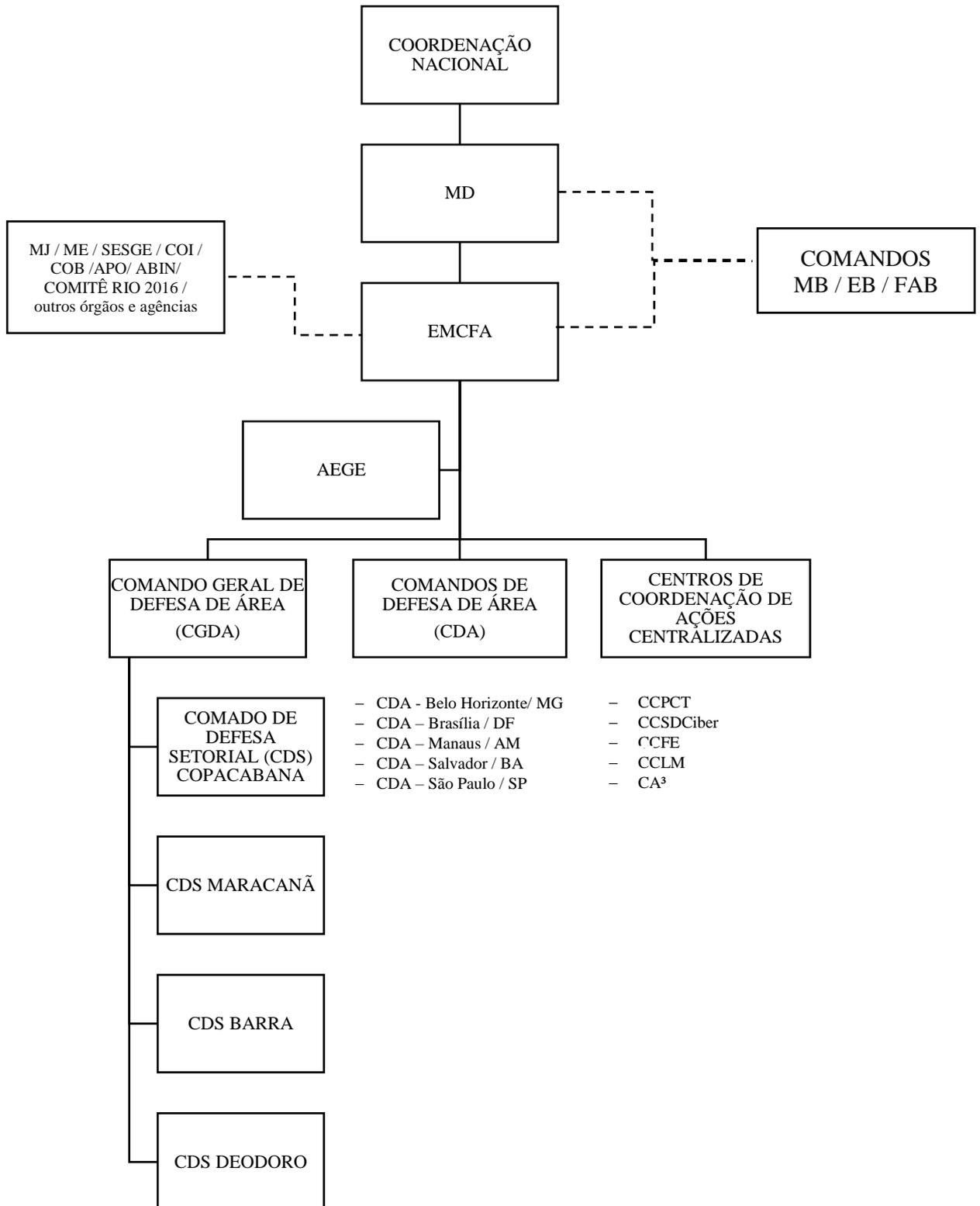
Estrutura de emprego Conjunto das FA durante a Copa do Mundo 2014



Elaborado com informações extraídas de entrevista (JÚNIOR, 2018)

Apêndice H

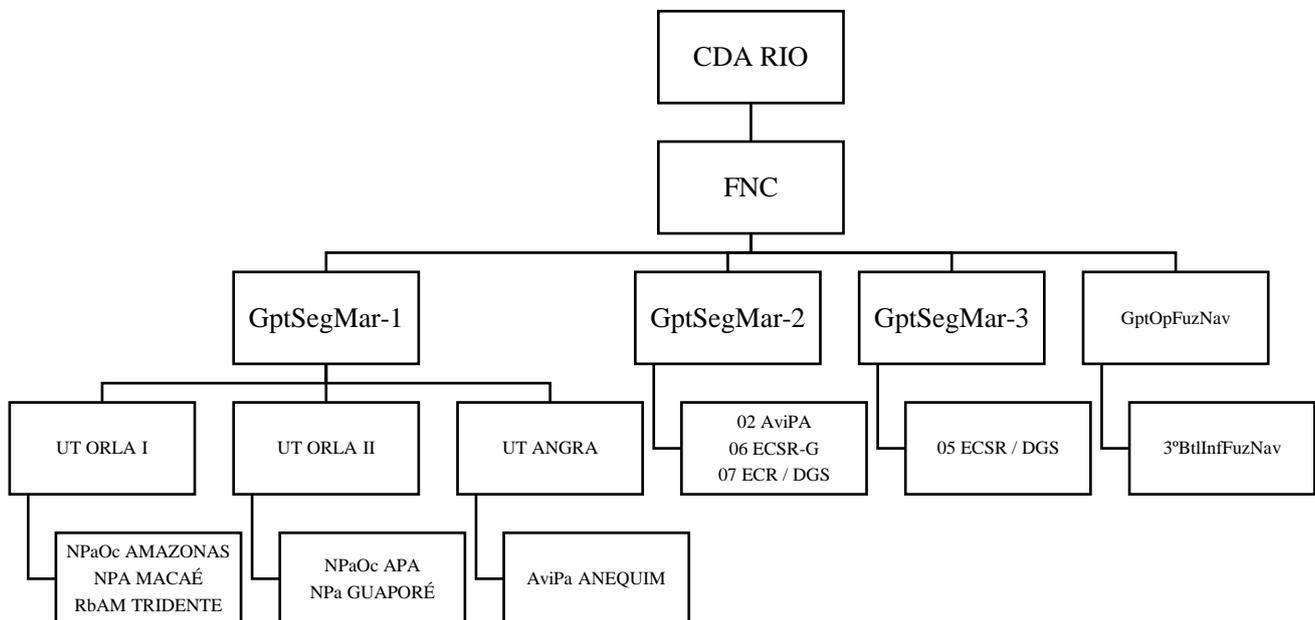
Estrutura de emprego Conjunto das FA durante os Jogos Olímpicos Rio 2016:



Elaborado com informações extraídas de entrevista (MOUTINHO, 2018)

Apêndice I

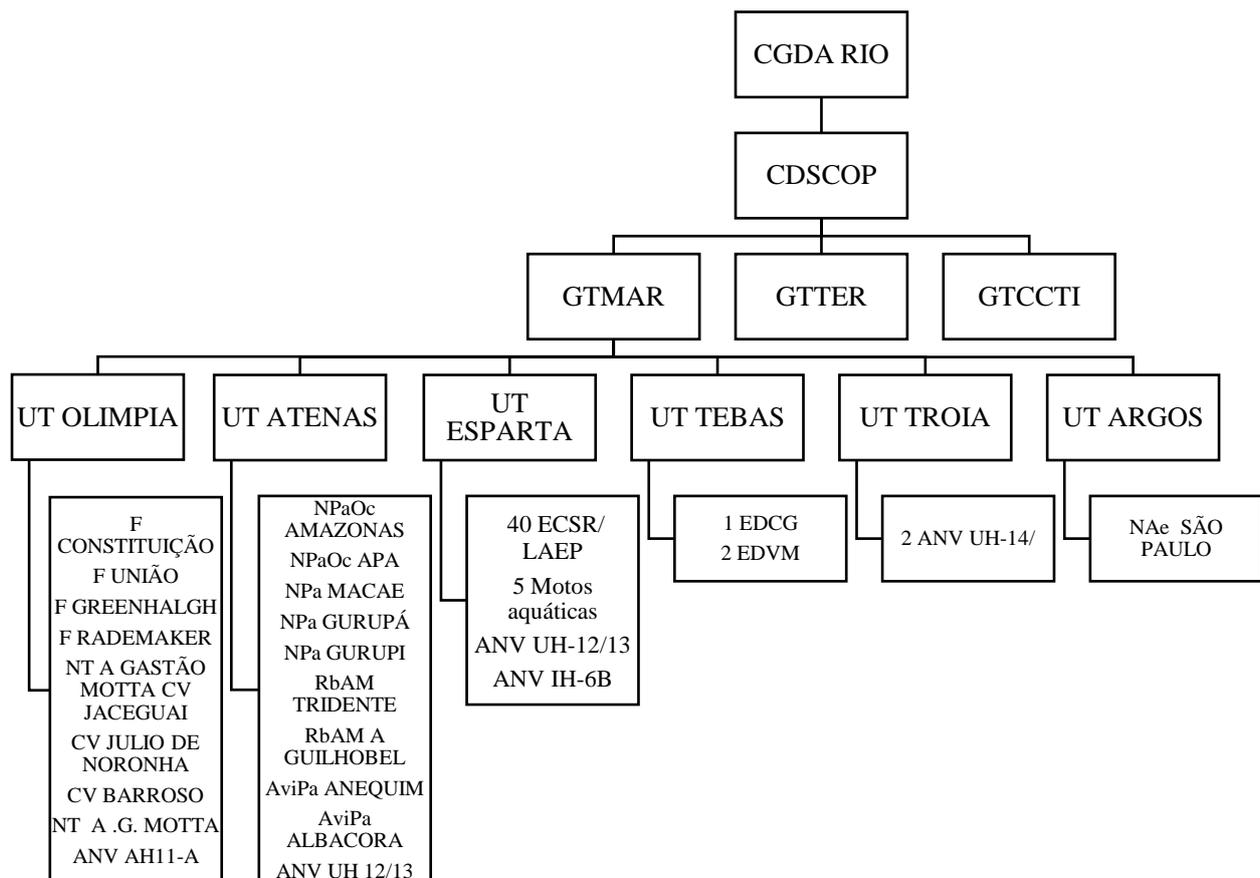
Organização por tarefas da FNC na Copa do Mundo FIFA Rio 2014:



Elaborado com informações extraídas de entrevista (JÚNIOR, 2018)

Apêndice J

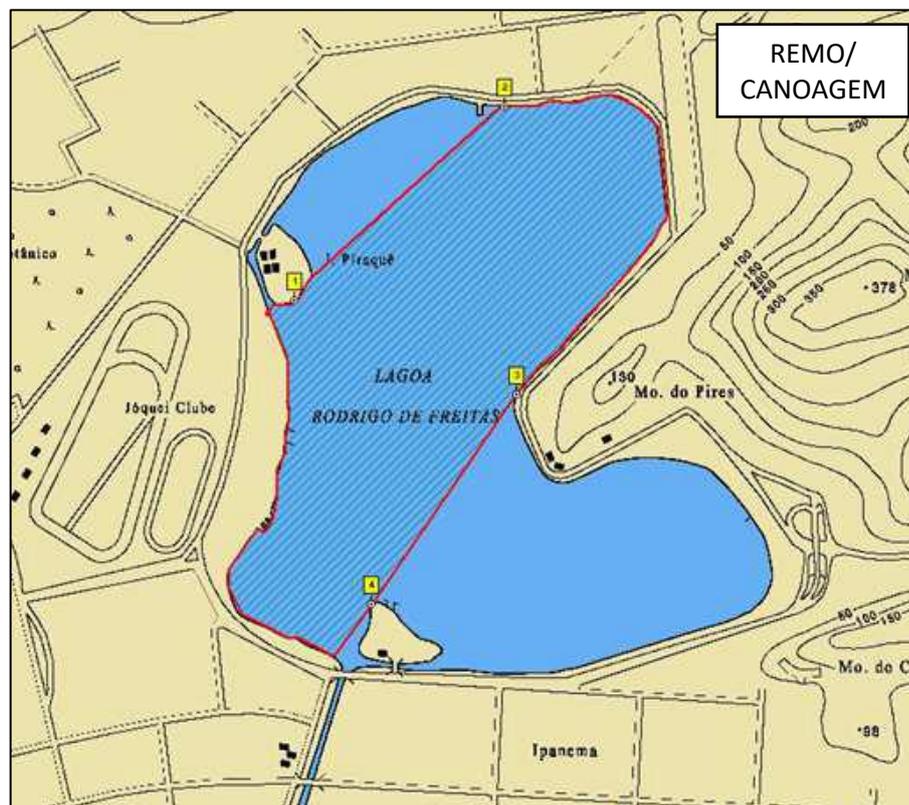
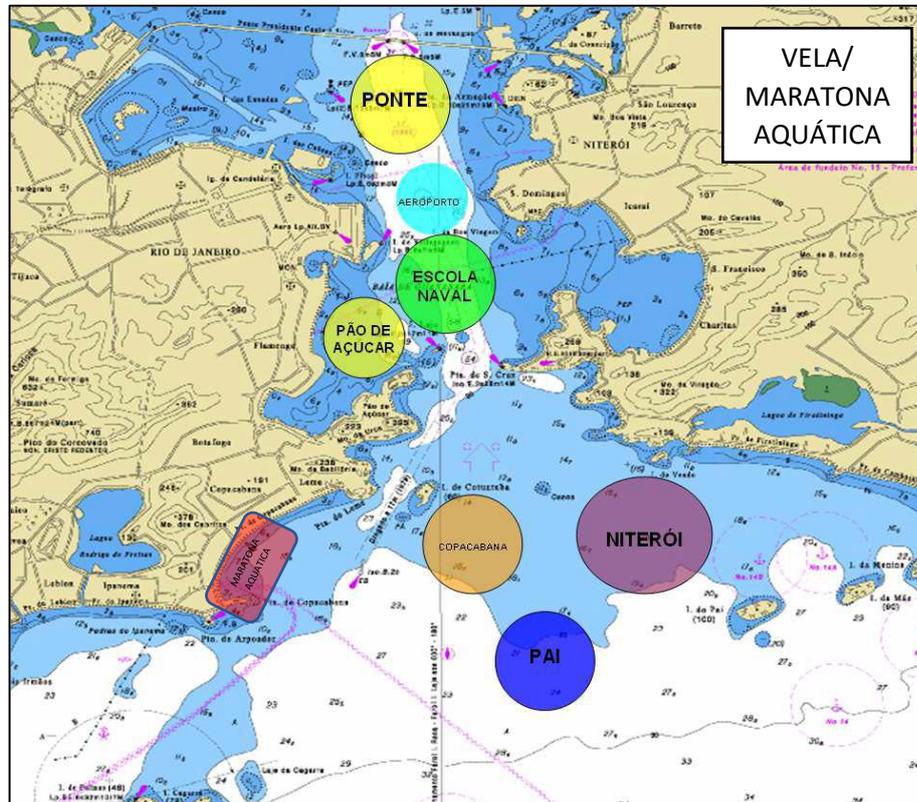
Organização por tarefas da FNC Nos Jogos Olímpicos Rio 2016:



Elaborado com informações extraídas de entrevista (PEREIRA, 2018)

Apêndice k

CALCO - Raias de regatas a vela, maratona aquática, canoagem e remo



Elaborado com informações extraídas de entrevista (PEREIRA, 2018)

